

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DAUANI DEMICHELI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO INSTRUMENTO DE
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DUAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE SEGUROS
LISTADAS NA BOVESPA**

**BENTO GONÇALVES
2019**

DAUANI DEMICHELI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO INSTRUMENTO DE
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DUAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE SEGUROS
LISTADAS NA BOVESPA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora TCC I: Prof^a. Ms. Simone Taffarel Ferreira.
Orientadora TCC II: Prof^a. Ms. Simone Taffarel Ferreira.

**BENTO GONÇALVES
2019**

DAUANI DEMICHELI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO INSTRUMENTO DE
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DUAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE SEGUROS
LISTADAS NA BOVESPA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora TCC I: Prof^a. Ms. Simone Taffarel Ferreira.

Orientadora TCC II: Prof^a. Ms. Simone Taffarel Ferreira.

Aprovado (a) em: 02/07/2019.

Banca Examinadora:

Presidente

Prof^a. Ms. Simone Taffarel Ferreira.
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Dr. Fernando Ben
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof^a. Ms. Joice de Souza
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Aos meus pais, Enio e Elizete e à minha irmã Crislaine, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, para que eu pudesse atingir os meus objetivos. Dedico-lhes essa conquista como prova de minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por guiar minha caminhada.

Agradeço ao meus pais, Enio e Elizete, e aos meus colegas de trabalho, pela compreensão e por acreditarem em minhas escolhas.

À minha irmã Crislaine pelo incentivo e amor incondicional em todos os momentos.

Às colegas Daniela e Tamara, pela amizade e companheirismo durante todos os anos de universidade.

Em especial, à minha orientadora, Prof^a. Ms. Simone Taffarel Ferreira, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento dessa monografia.

Enfim, a todos que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, o meu muito obrigada!

“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia.”

Robert Collier

RESUMO

O trabalho elaborado apresenta a importância da análise das demonstrações contábeis como ferramenta gerencial, pois demonstra a real situação econômico-financeira das empresas. Atualmente, os gestores estão cada vez mais preocupados em obter melhores resultados e buscam informações que contribuam no processo decisório. Buscando confirmar a teoria apresentada no levantamento bibliográfico, desenvolveu-se o estudo de caso onde, a partir de uma análise comparativa de índices econômicos e financeiros entre duas empresas do segmento de seguros listadas na bolsa de valores, foi possível identificar a real situação econômico-financeira de ambas. Após a análise comparativa, realizou-se ainda uma pesquisa de campo, através da aplicação de um questionário para os cinco maiores corretores, em relação ao faturamento, da cidade de Bento Gonçalves/RS, conforme SUSEP (2018), no intuito de identificar possíveis diferenciais competitivos a serem utilizados pelas Companhias de Seguros, permitindo também aos corretores sugerir outros quesitos considerados de extrema importância para os clientes no momento da efetivação dos seguros, bem como mencionar quais as companhias de seguros possuem o maior número de diferenciais elencados na pesquisa. Ao final do estudo realizado, evidenciou-se que a situação econômico-financeira da Empresa Concorrente Ltda. é mais favorável que a Empresa Estudo de Caso Ltda., em virtude do resultado obtido no período de 2017.

Palavras-chave: Análise das demonstrações contábeis. Índices econômicos e financeiros. Companhia de Seguros. Diferenciais Competitivos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira	28
Quadro 2 – Estrutura do BP	31
Quadro 3 – Estrutura da DRE de acordo com a Lei das S.A.	36
Quadro 4 – Modelo de DFC - Método Direto.....	40
Quadro 5 – Modelo de DFC – Método Indireto.....	41
Quadro 6 – Modelo DVA – empresas em geral.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Ranking</i> das quatro maiores seguradoras do Brasil em 2017	24
Tabela 2 – AV do BP da Empresa Estudo de Caso Ltda.	64
Tabela 3 – AV do BP da Empresa Concorrente Ltda.	64
Tabela 4 – AH do BP da Empresa Estudo de Caso Ltda.	67
Tabela 5 – AH do BP da Empresa Concorrente Ltda.	67
Tabela 6 – Índices de Estrutura de Capital da Empresa Estudo de Caso Ltda.	69
Tabela 7 – Índices de Estrutura de Capital da Empresa Concorrente Ltda.	70
Tabela 8 – Índices de Liquidez da Empresa Estudo de Caso Ltda.	73
Tabela 9 – Índices de Liquidez da Empresa Concorrente Ltda.	74
Tabela 10 – AV da DRE da Empresa Estudo de Caso Ltda.	77
Tabela 11 – AV da DRE da Empresa Concorrente Ltda.	77
Tabela 12 – AH da DRE da Empresa Estudo de Caso Ltda.	79
Tabela 13 – AH da DRE da Empresa Concorrente Ltda.	79
Tabela 14 – Índices de Rentabilidade da Empresa Estudo de Caso Ltda.	81
Tabela 15 – Índices de Rentabilidade da Empresa Concorrente Ltda.	82
Tabela 16 – Índices de Prazo Médio da Empresa Estudo de Caso Ltda.	84
Tabela 17 – Índices de Prazo Médio da Empresa Concorrente Ltda.	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico dos índices de Estrutura de Capital da Empresa Estudo de Caso Ltda.	70
Figura 2 – Gráfico dos índices de Estrutura de Capital da Empresa Concorrente Ltda.	71
Figura 3 – Gráfico dos índices de liquidez da Empresa Estudo de Caso Ltda.	74
Figura 4 – Gráfico dos índices de liquidez da Empresa Concorrente Ltda.	75
Figura 5 – Gráfico dos índices de rentabilidade da Empresa Estudo de Caso Ltda.	81
Figura 6 – Gráfico dos índices de rentabilidade da Empresa Concorrente Ltda.	82
Figura 7 – Gráfico do grau de importância de possuir escritório na própria cidade..	89
Figura 8 – Gráfico do grau de importância da apólice e carnê	90
Figura 9 – Gráfico do grau de importância da agilidade de liquidação de sinistros..	90
Figura 10 – Gráfico do grau de importância das tarifas diárias para renovação e seguros novos	91
Figura 11 – Gráfico do grau de importância das companhias possuírem perito para realizar vistorias na própria cidade.....	92
Figura 12 – Gráfico das companhias de seguros que possuem diferenciais competitivos	92
Figura 13 – Gráfico de sugestões de outros diferenciais competitivos que influenciam a escolha da companhia de seguro.....	93

LISTA DE SIGLAS

AC	Ativo Circulante
AH	Análise Horizontal
ANC	Ativo Não Circulante
AV	Análise Vertical
BP	Balanço Patrimonial
CE	Composição do Endividamento
CF	Ciclo Financeiro
CI	Custo Industrial
CMV	Custo das Mercadorias Vendidas
CO	Ciclo Operacional
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CP	Curto Prazo
CPV	Custo dos Produtos Vendidos
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CT	Capital de Terceiros
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EF	Estoque Final
EI	Estoque Inicial
GA	Giro do Ativo
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPL	Imobilização do Patrimônio Líquido
IRNC	Imobilização de Recursos Não Correntes
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto Retido na Fonte
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata

LL	Lucro Líquido
LP	Longo Prazo
LS	Liquidez Seca
ML	Margem Líquida
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação de Capitais de Terceiros
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMPC	Prazo Médio de Pagamento de Compras
PMRE	Prazo Médio de Renovação dos Estoques
PMRV	Prazo Médio de Recebimento de Vendas
PNC	Passivo Não Circulante
RA	Rentabilidade do Ativo
SINCOR – RS	Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TG	Técnica Geral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	18
1.2.1	Delimitação do tema.....	18
1.2.2	Definição da questão de pesquisa.....	19
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	20
1.4	OBJETIVOS	20
1.4.1	Objetivo geral.....	20
1.4.2	Objetivos específicos.....	20
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	20
2	REFERENCIAL TEORICO	22
2.1	SEGUROS NO BRASIL	22
2.1.1	Conceito e finalidade	22
2.1.2	Legislação.....	22
2.1.3	Modalidades de seguros.....	23
2.1.4	Maiores companhias no Brasil.....	24
2.2	CONTABILIDADE GERENCIAL.....	25
2.2.1	Conceito	25
2.2.2	Ferramentas Gerenciais e sua importância na tomada de decisão ..	26
2.2.2.1	Controladoria.....	26
2.2.2.2	Fluxo de Caixa.....	27
2.2.2.3	Análise das Demonstrações Contábeis.....	27
2.2.3	Contabilidade Gerencial X Contabilidade Financeira.....	28
2.2.4	Diferencial competitivo	30
2.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	31
2.3.1	Balanco Patrimonial (BP).....	31
2.3.1.1	Ativo	32
2.3.1.1.1	<i>Ativo Circulante (AC)</i>	32
2.3.1.1.2	<i>Ativo Não Circulante (ANC)</i>	33
2.3.1.2	Passivo.....	33
2.3.1.2.1	<i>Passivo Circulante (PC)</i>	34

2.3.1.2.2	<i>Passivo Não Circulante (PNC)</i>	34
2.3.1.3	Patrimônio Líquido (PL)	35
2.3.2	Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)	35
2.3.3	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	38
2.3.4	Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	38
2.3.5	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	42
2.3.6	Importância das Notas Explicativas	44
2.3.7	Importância do Parecer da Auditoria das empresas listadas na Bolsa	45
2.4	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	45
2.4.1	Análise horizontal (AH) e Análise vertical (AV)	45
2.4.2	Análise financeira	46
2.4.2.1	Índices de Estrutura de Capital	47
2.4.2.1.1	<i>Composição do Endividamento (CE)</i>	47
2.4.2.1.2	<i>Participação de Capitais de Terceiros (PCT)</i>	48
2.4.2.1.3	<i>Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)</i>	48
2.4.2.1.4	<i>Imobilização de Recursos Não Correntes (IRNC)</i>	49
2.4.2.2	Índices de Liquidez.....	49
2.4.2.2.1	<i>Liquidez Corrente (LC)</i>	49
2.4.2.2.2	<i>Liquidez Seca (LS)</i>	50
2.4.2.2.3	<i>Liquidez Geral (LG)</i>	50
2.4.2.2.4	<i>Liquidez Imediata (LI)</i>	51
2.4.3	Análise econômica	51
2.4.3.1	Índices de Rentabilidade	52
2.4.3.1.1	<i>Rentabilidade do Ativo (RA)</i>	52
2.4.3.1.2	<i>Giro do Ativo (GA)</i>	53
2.4.3.1.3	<i>Margem Líquida (ML)</i>	53
2.4.4	Índices de Prazo Médio	53
2.4.4.1	Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE)	54
2.4.4.2	Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV).....	55
2.4.4.3	Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)	55
2.4.4.4	Ciclo Operacional (CO)	56
2.4.4.5	Ciclo Financeiro (CF).....	56
2.5	ANÁLISE DO DIFERENCIAL COMPETITIVO.....	57

3	METODOLOGIA	58
3.1	QUANTO AO OBJETIVO	58
3.1.1	Pesquisa Descritiva.....	58
3.2	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	58
3.2.1	Pesquisa Bibliográfica	58
3.2.2	Pesquisa Documental	59
3.2.3	Estudo de Caso	59
3.2.4	Pesquisa de Campo	60
3.3	QUANTO A ABORDAGEM	61
4	ESTUDO DE CASO	62
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EMPRESAS.....	62
4.1.1	Empresa Estudo de Caso Ltda.....	62
4.1.2	Empresa Concorrente Ltda.....	63
4.1.3	Base de dados para a análise	63
4.2	ANÁLISE FINANCEIRA.....	63
4.2.1	AV e AH do BP	63
4.2.1.1	AV do BP	63
4.2.1.1.1	AV do Ativo.....	64
4.2.1.1.2	AV do Passivo e do PL.....	66
4.2.1.2	AH do BP.....	67
4.2.1.2.1	AH do Ativo	68
4.2.1.2.2	AH do Passivo e PL.....	68
4.2.2	Índices de Estrutura de Capital	69
4.2.2.1	CE	71
4.2.2.2	PCT	72
4.2.2.3	IPL.....	72
4.2.2.4	IRNC.....	72
4.2.3	Índices de liquidez.....	73
4.2.3.1	LG.....	75
4.2.3.2	LC.....	76
4.2.3.3	LS.....	76
4.2.3.4	LI	76
4.3	ANÁLISE ECONÔMICA	77

4.3.1	AV e AH da DRE.....	77
4.3.1.1	AV da DRE	77
4.3.1.2	AH da DRE	79
4.3.2	Índices de Rentabilidade	81
4.3.2.1	GA	82
4.3.2.2	ML	83
4.3.2.3	RA	83
4.4	ÍNDICES DE PRAZO MÉDIO	83
4.4.1	PMRE	84
4.4.2	PMRV	84
4.4.3	PMPC	85
4.4.4	CO	85
4.4.5	CF.....	85
4.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE COMPARATIVA	86
4.6	PESQUISA DE CAMPO	87
4.6.1	Descrição da amostra da pesquisa.....	88
4.6.2	Instrumento de pesquisa	88
4.6.3	Análise dos resultados obtidos	88
4.6.4	Considerações sobre a Pesquisa de Campo	93
5	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICE A – QUESTIONARIO APLICADO A CINCO CORRETORES DE SEGUROS DE BENTO GONÇALVES	101

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Considerando o atual crescimento tecnológico, as empresas precisam estar cada vez mais capacitadas com as ferramentas de controle e gestão para maior domínio e continuidade de seu negócio, visto que a concorrência está cada vez mais forte.

Através das ferramentas e técnicas utilizadas, é possível analisar e verificar as decisões mais assertivas para empresa, no momento atual e no futuro. É de extrema importância que os gestores analisem todos os índices e relatórios apresentados, e não somente o índice de lucro e prejuízo, visto que todos são importantes para o crescimento da mesma.

A Contabilidade Gerencial possui diversas ferramentas para suprir as necessidades de cada empresa, a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta que permite apresentar a real situação econômica e financeira no período analisado.

De acordo com Silva (2010) as demonstrações contábeis para os usuários internos da empresa, proporcionam aumento ou redução de operações, investimentos. Já para os usuários externos, como fornecedores, investidores, governo, clientes, etc., a análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de visar ou não a compra a longo prazo, o empréstimo, a visão ampla do controle acionário, entre outros.

No cenário atual, as empresas necessitam de uma administração competente e capaz de apresentar os dados que possam auxiliar os gestores na tomada de decisões, visto que, diversas vezes o que leva uma empresa ao fracasso é a má administração dos recursos e falta de conhecimento. Os relatórios são obtidos através das ferramentas e indicadores que permitem aos gestores avaliar o atual momento da empresa, identificando a possibilidade de investimento, orientando decisões fundamentadas de acordo com a realidade da empresa.

O objetivo do trabalho é identificar através da análise das demonstrações contábeis o desempenho econômico-financeiro de duas empresas do ramo de seguros.

Considerando o atual cenário econômico-financeiro, pode-se perceber que as empresas necessitam cada vez mais de controles e relatórios elaborados para controlar suas rotinas de trabalho, auxiliando nos processos atuais e também em processos e investimentos futuros.

Em relação à importância do planejamento, Braga (2009, p. 4) ressalta que:

O planejamento é uma atividade que consiste na prévia determinação das metas a serem atingidas. Estabelecer os meios que deverão ser utilizados, os recursos necessários etc.; planejamento é o ponto de partida do processo de tomada de decisão da ação administrativa; é o caminho a ser seguido para alcançar os fins desejados.

No entendimento do autor, é fundamental que a empresa faça um planejamento econômico-financeiro para tornar as decisões mais assertivas, visando atingir os resultados desejados. Dessa forma, a administração incorreta não permite visualizar totalmente a situação da empresa no momento da análise, prejudicando as decisões dos gestores.

Nesse sentido, Silva (2010, p. 19) complementa que:

O instrumento de trabalho do analista é a informação. Quanto melhor a qualidade da informação, mais eficaz será o trabalho do analista. Ou seja, para se tomar decisões com segurança e também com qualidade, com uma análise bem escrita os gestores poderão confiar e acreditar em bons resultados futuros.

Sob a ótica de Silva (2010), a qualidade da informação caracteriza-se como importante fator para uma boa interpretação dos resultados, e conseqüentemente, para nortear a tomada de decisões, alinhada aos objetivos que a empresa almeja alcançar.

A qualidade está diretamente relacionada ao diferencial competitivo, pois hoje em dia existem diversas companhias de seguros no mercado, e as empresas desse ramo precisam inovar para manter e também aumentar a carteira de clientes, oferecendo um atendimento eficiente, visando solucionar o problema do cliente de uma forma ágil e competente.

Diante do exposto, o estudo proposto demonstra a análise comparativa entre duas empresas do segmento de seguros, utilizando a análise das demonstrações contábeis, as ferramentas contábeis e os indicadores. Após será aplicado um

questionário com o objetivo de identificar os pontos que os corretores consideram como diferenciais competitivos e quais companhias de seguros possuem esses diferenciais. O tema é de grande importância pessoal, profissional, científica e acadêmica.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

1.2.1 Delimitação do tema

Levando em consideração a alta competitividade e a instabilidade atual do mercado, se faz necessário que as empresas estejam cada vez mais qualificadas para enfrentar a concorrência, identificando impasses e necessidades que o mercado apresenta.

Diante desse contexto, as empresas precisam identificar as necessidades de seus clientes e buscar soluções ou diferenciais. Sendo assim, surgem ferramentas no auxílio dos gestores, entre elas, a análise das demonstrações contábeis.

Segundo Matarazzo (2010) a análise das demonstrações contábeis visa auxiliar na tomada de decisão da empresa, podendo fornecer informações relevantes sobre a liquidez e a rentabilidade para os gestores, auxiliando-os na formulação da estratégia da empresa.

Para Padoveze e Benedicto (2011), a análise das demonstrações contábeis possibilita adiantar dados de necessidades futuras da empresa, como por exemplo, identificar dados esperados ou orçados, confrontar os dados padrão, verificar se os custos e despesas acompanham as previsões, entre outros.

É importante que, além de verificar os dados obtidos na análise, que o gestor leve em consideração o melhor resultado e planejamento a ser seguido pela empresa.

De acordo com Silva (2012, p. 6) a análise das demonstrações contábeis possibilita:

[...] avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa, [...]. É possível ainda realizar comparações com as tendências regionais ou dos segmentos onde a empresa esteja inserida, determinando também as perspectivas futuras de rentabilidade ou continuidade dos negócios, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamentos e investimentos [...].

No entendimento de Silva (2012), a contabilidade permite aos gestores comparar resultados, criar metas e mensurar investimentos futuros com base nos anteriores e na atual situação econômica. Resume-se que a análise é como uma ferramenta de apoio à empresa, colaborando de forma expressiva nas decisões das mesmas.

De acordo com Assaf Neto (2012), uma das maiores apreensões dos gestores é a sua própria inclusão no mercado, visto que a economia atual está aumentando o poder competitivo e as oportunidades de negócios.

Nesse sentido, Silva (2012, p. 4) reitera que:

A análise das demonstrações contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas à apuração de indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica).

De acordo com o exposto, através do desenvolvimento do estudo proposto, pretende-se demonstrar a situação econômico-financeira de forma comparativa entre duas empresas do segmento de seguros, utilizando a análise das demonstrações contábeis e suas ferramentas, e também alguns indicadores. Após será aplicado um questionário aos cinco maiores corretores da cidade de Bento Gonçalves/RS, com o objetivo de identificar os diferenciais competitivos entre as Companhias de Seguros, que auxiliam no processo decisório dos corretores no dia a dia.

1.2.2 Definição da questão de pesquisa

Com base no tema de pesquisa proposto, definiu-se como questão de pesquisa: de que forma a análise das demonstrações contábeis auxilia na identificação da *performance* econômica e financeira de duas empresas do segmento de seguros listadas na Bovespa identificando qual apresenta melhores resultados nos índices comparados?

A definição do problema considerou a importância da análise das demonstrações contábeis para os gestores da empresa, levando em consideração o desempenho econômico-financeiro possibilitando visão ampla e detalhada dos resultados.

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

H₁. A análise das demonstrações contábeis de duas empresas de seguros não permite identificar o modelo de gerenciamento das mesmas.

H₂. Os gestores ao se utilizarem da análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisão evidenciam resultados mais eficazes.

H₃. Empresas do mesmo setor econômico podem ser utilizadas como base de comparação de suas *performances*.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Identificar o desempenho econômico e financeiro de duas empresas do segmento de seguros através da análise das demonstrações contábeis.

1.4.2 Objetivos específicos

- Contextualizar a atividade de seguro no Brasil.
- Realizar levantamento bibliográfico sobre Contabilidade Gerencial e Diferencial Competitivo.
- Apresentar referencial sobre a análise econômica e financeira.
- Calcular os índices financeiros e econômicos das empresas.
- Analisar e interpretar de forma isolada e conjunta os indicadores.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo apresenta-se a contextualização do estudo, o tema e a questão de pesquisa, a delimitação do tema, bem como os objetivos gerais e específicos.

Com o intuito de elucidar questões em relação aos Seguros no Brasil, no segundo capítulo, apresentam-se as definições de seguro e qual a finalidade, bem como a legislação pertinente, demonstrando as modalidades de seguros e as maiores Companhias do Brasil. Ainda no segundo capítulo, demonstra-se a importância da

Contabilidade Gerencial e da análise das demonstrações contábeis, destacando seus objetivos e ferramentas.

Já no terceiro capítulo será apresentada a Metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo realizado.

No quarto capítulo, o estudo de caso, apresenta-se a situação econômico-financeira das empresas a partir da análise dos dados coletados. Será também demonstrada a pesquisa realizada com alguns corretores através da aplicação de um questionário, com o objetivo de identificar os principais diferenciais competitivos identificados por eles.

Por fim, no quinto capítulo, a conclusão do estudo realizado, enfatizando aspectos relevantes que foram identificados através da análise, bem como se os objetivos propostos foram atingidos e se as hipóteses foram comprovadas.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 SEGUROS NO BRASIL

De acordo com a Bidu Corretora de Seguros e Serviços de Internet Ltda. (2018), as companhias de seguros são empresas especialistas em assumir riscos. Após a assinatura de um contrato, as mesmas são responsáveis por pagar ao segurado uma indenização em caso de sinistro.

2.1.1 Conceito e finalidade

Theodoro Junior (2014) menciona que o contrato de seguro se insere na categoria dos contratos onerosos e bilaterais, já que por seu intermédio, pois conforme previsto no artigo 757 do Código Civil, “o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados”.

Segundo o *site* Que Conceito (2018) o seguro é um contrato que tem como objetivo proteger determinada pessoa ou bem, sendo que o contratante adquire o seguro visando indenizar os danos causados por um eventual sinistro e, nesse sentido, a proposta estabelece qual bem se refere e as coberturas contratadas pelo segurado.

Segundo Santos (2019), em fevereiro de 2019, aconteceu o lançamento da segunda edição do livro *Insurance Brokers*, o Livro das Corretoras de Seguros no Brasil. Segundo Paulo Kato, o editor da Revista Cobertura (parceira na publicação), o livro é um importante meio para a disseminação do mercado segurador para a sociedade, pois reúne os diferenciais e relevância dessa indústria. O *Insurance Brokers* apresenta de forma rica o perfil e trajetória das corretoras de seguros que atuam no Brasil.

2.1.2 Legislação

De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP, 2018), sobre a legislação que abrange os seguros em nível mundial, pode-se mencionar que a SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro,

previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto - Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 com a missão de desenvolver os mercados supervisionados, assegurando sua estabilidade e os direitos do consumidor.

A missão dessa legislação é "desenvolver os mercados supervisionados, assegurando sua estabilidade e os direitos do consumidor" (SUSEP, 2018).

2.1.3 Modalidades de seguros

As companhias possuem diversos produtos para oferecer aos corretores e clientes finais com o objetivo de atender as expectativas e conseguir realizar a venda, entretanto, foram selecionados apenas quatro dentre os inúmeros produtos oferecidos: os produtos selecionados são os mais procurados pelos clientes no dia a dia.

1) Seguro Automóvel: as companhias possuem esse seguro com várias modalidades, porém todas com o objetivo de proteger o meio de locomoção das famílias, nesse sentido, alguma das coberturas oferecidas são:

- **Seguro total:** cobertura de indenização integral e parcial decorrente de colisão, incêndio, roubo, furto e alagamento;
- **Danos a terceiros:** Cobertura para danos materiais e danos corporais decorrentes de acidentes com terceiros;
- **Acidentes pessoais a passageiros:** cobertura para danos corporais causados aos passageiros em razão de acidente com o veículo segurado;
- **Proteção aos vidros:** cobertura que prevê a troca ou reparo em caso de danos aos vidros, às lanternas, aos faróis e aos retrovisores (PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS, 2018).

2) Seguro Residencial: cobertura para a residência contratada em caso de incêndio, queda de raio dentro do terreno do imóvel segurado, explosão de qualquer natureza, queda de aeronave, entre outros (MAPFRE SEGUROS, 2018).

3) Seguro de Vida: tem o objetivo de auxiliar o contratante e seus familiares a enfrentarem situações delicadas como acidentes, doenças graves ou falecimento. É uma maneira de proporcionar tranquilidade e segurança caso o segurado precise ficar

afastado do trabalho e, na sua falta, garantir amparo financeiro à sua família (PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS, 2018).

4) Seguro Empresarial: possui diversas possibilidades de contratação, sendo que a empresa deve verificar e analisar as suas necessidades para contratação e também seu segmento. Citam-se alguns ramos: clínicas e consultórios, bares e restaurantes, institutos de beleza e estética, lojas de roupas ou calçados, entre outros. Nesse seguro é possível contratar cobertura para incêndio, explosão, danos elétricos, despesas fixas (SULAMERICA SEGUROS, 2018).

2.1.4 Maiores companhias no Brasil

De acordo com a Bidu Corretora de Seguros e Serviços de Internet Ltda. (2018) o objetivo do *Ranking* das Seguradoras é levantar estatisticamente a presença das seguradoras brasileiras em seus principais negócios. Para isso, são analisados os indicadores de receita e os valores em seguros, prêmios emitidos e prêmios de seguros comercializados em todo o Brasil.

No Brasil, as quatro maiores seguradoras no *Ranking* de 2017 foram: Seguradora Bradesco, Sulamérica, BB-Mapfre e Porto Seguros. Na Tabela 1 a seguir, apresentam-se os valores em reais e suas participações no mercado:

Tabela 1 – *Ranking* das quatro maiores seguradoras do Brasil em 2017

SEGURADORA	VALORES R\$	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO %
BRADESCO	34.966.141	23,41
SULAMÉRICA	17.511.585	12,16
BB-MAPFRE	15.612.228	10,84
PORTO SEGURO	13.656.873	9,49

Fonte: Bidu Corretora de Seguros e Serviços de Internet Ltda. (2018).

Com tantas opções no mercado, as seguradoras devem inovar e oferecer produtos diferenciados de acordo com a necessidade de cada consumidor. Além disso, outros chamativos podem atrair clientes, como descontos, coberturas adicionais e regalias que as seguradoras podem oferecer.

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

Nesse subcapítulo apresenta-se o conceito de Contabilidade Gerencial e suas ferramentas, destacando sua importância na tomada de decisão. Apresenta-se também um comparativo entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira, destacando-se os principais objetivos de cada uma.

2.2.1 Conceito

Analisando a tecnologia atual, é necessário que as empresas utilizem ferramentas que contribuam nas decisões e, diante desse contexto, a Contabilidade Gerencial permite analisar informações relevantes e auxilia os gestores nos processos de decisões.

Coelho e Lins (2010, p. 307) definem a Contabilidade Gerencial como:

[...] um conjunto de procedimentos com a finalidade de gerar informações aos gestores da empresa ou entidade, relativos aos eventos administrativos, econômicos e financeiros de forma a prever, medir, comparar e controlar o desempenho desde um produto, até a empresa como um todo. A contabilidade gerencial é, acima de tudo, um instrumento de apoio ao processo decisório da entidade.

Os autores ressaltam a importância da Contabilidade Gerencial para analisar os resultados e buscar decisões mais assertivas para a empresa no momento atual. As empresas precisam cada vez mais acompanhar os resultados em tempo real, buscando informações relevantes para alterar o que for preciso, com o objetivo de amenizar custos, agilizar a produção, entre outros.

Sobre a importância de acompanhar as informações em tempo real, Marion e Ribeiro (2011, p. 6) complementam que:

Os gerentes têm necessidade de informações que lhes assegurem acompanhar em tempo real o processo operacional de produção ou de prestação de serviço, bem como o resultado positivo ou negativo das respectivas vendas. As informações que a contabilidade gerencial oferece a esses gestores destinam-se a proporcionar redução de custos com melhor aproveitamento dos recursos físicos (evitando desperdícios), humanos (reduzindo tempo ocioso) e tecnológicos (modernizando equipamentos para melhorar a eficiência da produção, treinamento pessoal etc.).

Diante do exposto, compreende-se que, através das ferramentas da Contabilidade Gerencial, as informações tornam-se relevantes para os gestores, tanto para o momento atual quanto para decisões futuras.

2.2.2 Ferramentas Gerenciais e sua importância na tomada de decisão

A Contabilidade Gerencial tem como finalidade auxiliar os gestores nos processos decisórios, analisando as decisões financeiras, operacionais, entre outras.

Nesse sentido, Padoveze (2010, p. 41) menciona que:

Tendo em vista que uma organização é estruturada de forma hierárquica, a Contabilidade Gerencial deve suprir, através do sistema de informação contábil gerencial, todas as áreas da companhia. Como cada nível de administração dentro da empresa utiliza a informação contábil de maneira diversa, [...] o sistema de informação contábil gerencial deverá providenciar que a informação contábil seja trabalhada de forma específica para cada segmento hierárquico da companhia.

Conforme Padoveze (2010) menciona acima, as informações precisam ser objetivas e específicas para cada departamento da empresa, facilitando o entendimento dos interessados e auxiliando no processo decisório, como por exemplo: setor administrativo, operacional, planejamento orçamentário e estratégico, planejamento e controle, administração, entre os outros.

Dentre as ferramentas da Contabilidade Gerencial pode-se citar: Controladoria, Fluxo de caixa e Análise das Demonstrações Contábeis.

2.2.2.1 Controladoria

A Controladoria tem como objetivo fornecer informações aos processos administrativos na empresa e auxiliar no processo de decisório. Nesse sentido, Luz (2014, p. 24-25) menciona que:

O processo de decisão é fortemente influenciado pela atuação da controladoria, que, por meio da geração e da distribuição de informações, subsidia as ações que dizem respeito ao processo administrativo. A função essencial da controladoria é facilitar o caminho para a otimização dos resultados econômicos, disponibilizando informações oportunas aos gestores.

De acordo com Luz (2014), a Controladoria tem grande importância no processo decisório dos gestores, fornecendo informação referente o desempenho atual e planejando as decisões futuras da empresa.

2.2.2.2 Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa surgiu para auxiliar as empresas a controlar pagamentos e recebimentos em determinado período, tornando mais visível o saldo de caixa.

Sobre o Fluxo de Caixa, Frezatti (2013, p. 28) ressalta que:

Considerar o fluxo de caixa de uma organização um instrumento gerencial não significa que ela vai prescindir da contabilidade e dos relatórios gerenciais por ela gerados. Ao contrário, com o fortalecimento dos relatórios gerenciais gerados pela contabilidade se pretende aliar a potencialidade do fluxo de caixa para melhor gerenciar suas decisões.

Conforme mencionado por Frezatti (2013), o fluxo de caixa não controla somente as entradas e saídas da empresa, ele auxilia na tomada de decisão dos gestores.

2.2.2.3 Análise das Demonstrações Contábeis

Já a análise das demonstrações contábeis permite visualizar a situação econômica e financeira da empresa, permitindo o planejamento das decisões futuras.

De acordo com Assaf Neto (2012, p.43) “a análise de balanço visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômica- financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras”.

A análise das demonstrações permite verificar dados importantes para a empresa em determinado período, através de técnicas e ferramentas, auxiliando nos processos decisórios.

Conforme descrito acima, percebe-se que todas as ferramentas são de extrema importância para as empresas na tomada de decisão.

2.2.3 Contabilidade Gerencial X Contabilidade Financeira

A Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira foram desenvolvidas para usuários diferentes. A Contabilidade Financeira analisa as informações para os usuários externos e internos e a Contabilidade Gerencial verifica os dados apenas para os administradores internos da empresa.

Sobre a finalidade de cada uma delas, Padoveze (2010, p. 38) comenta que:

A **contabilidade gerencial** é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores – isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. A contabilidade gerencial pode ser contrastada com a **contabilidade financeira**, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização (grifo do autor).

Para melhor entendimento, o Quadro 1 demonstra as principais diferenças entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira.

Quadro 1 – Comparação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira

(continua)

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários dos relatórios	Externos e internos.	Internos.
Objetivos dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos.	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanço Patrimonial, Demonstração dos resultados, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.	Orçamentos, Contabilidade por Responsabilidade, Relatórios de Desempenho, Relatórios de Custo, Relatórios Especiais não-Rotineiros para facilitar a tomada de decisão.

(conclusão)

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Frequência dos relatórios	Anual, trimestral e ocasionalmente mensal.	Quando necessário para a administração.
Custos ou valores utilizados. Base de mensuração usada para quantificar os dados.	Primariamente históricos (passados). Moeda corrente.	Históricos e esperados (previstos). Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira, moeda forte, medidas físicas, índices etc.).
Restrições nas informações fornecidas.	Princípios Contábeis geralmente aceitos.	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Base teórica e técnica.	Ciência Contábil.	Utilização pesada de outras disciplinas, como economia, finanças, estatística, pesquisa operacional e comportamento organizacional.
Característica da informação fornecida.	Deve ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo.	Deve ser relevante a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão.
Perspectiva dos relatórios.	Orientação histórica.	Orientada para o futuro, a fim de facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

Fonte: Adaptado de Padoveze (2010).

Crepaldi e Crepaldi (2014, p. 6) mencionam as diferenças entre a Contabilidade Gerencial e a Financeira:

A contabilidade financeira é o processo de elaboração de demonstrativos financeiros para propósitos externos: pessoal externo a organização, como acionistas, credores e autoridades governamentais. [...] A contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais.

Considerando as informações citadas acima, as duas contabilidades são significantes no processo de decisão, cada qual com seu propósito e de acordo com as necessidades da empresa.

2.2.4 Diferencial competitivo

O diferencial competitivo tem como objetivo fornecer vantagens e benefícios em relação à outra empresa que está sendo analisada, auxiliando os interessados no processo de decisão.

Dessa forma, Bento (2016, p. 46) explica que:

Observamos uma tendência cada vez maior das empresas de inovar, buscando soluções diferentes e criativas para o atendimento de suas demandas. Nesse sentido, não só a capacidade de aprendizagem é valorizada, mas, igualmente, o conhecimento, que se constitui como um recurso relevante, sendo, para elas, um diferencial.

Conforme Bento (2016) menciona o diferencial competitivo é de extrema importância para as empresas, visto que os consumidores buscam por soluções inovadoras e com maior agilidade.

De acordo com Hoskisson et al. (2009), um diferencial de extrema importância para a empresa é o atendimento ao cliente, que busca criar características atrativas em produtos e serviços, a fim de se obter uma vantagem competitiva em relação ao concorrente de mercado, com o objetivo de avaliar a natureza e o tamanho do grupo que a companhia pretende conquistar.

É preciso, então, identificar as mudanças diariamente no ambiente competitivo, acompanhando os novos interesses dos clientes. Com a tecnologia, por exemplo, podem surgir transformações no ambiente e no comportamento da sociedade, sendo assim a demanda dos clientes afeta os concorrentes de mercado. É de suma importância mapear o ambiente para capitalizar as oportunidades de

maneira ágil ou amenizar as ameaças dos concorrentes (CARVALHO; LAURINDO, 2010).

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir são apresentadas, detalhadamente, as principais demonstrações contábeis.

2.3.1 Balanço Patrimonial (BP)

De acordo com Silva (2012) o BP tem como objetivo apresentar as informações quantitativas e qualitativas que abrangem bens, direitos e obrigações da empresa em um determinado tempo.

No Quadro 2 apresenta-se a estrutura do BP:

Quadro 2 – Estrutura do BP

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1. ATIVO CIRCULANTE	4. PASSIVO
2. ATIVO NÃO CIRCULANTE	5. PASSIVO NÃO CIRCULANTE
2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.2 INVESTIMENTOS	6.1 CAPITAL REALIZADO
2.3 IMOBILIZADO	6.2 RESERVAS DE CAPITAL
2.4 INTANGÍVEL	6.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
	6.4 RESERVAS DE LUCROS
	6.5 AÇÕES EM TESOURARIA (-)
	6.6 PREJUÍZOS ACUMULADOS (-)

Fonte: Braga (2012).

No Quadro 2, apresenta-se o BP de maneira simplificada para um melhor entendimento, visto que o mesmo se divide em Ativo, Passivo - Patrimônio Líquido (PL).

Sobre a estrutura do BP, Assaf Neto (2010, p. 47) explica que:

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

No entendimento de Assaf Neto (2010), o BP demonstra a posição patrimonial e financeira da empresa, possibilitando aos gestores tomar decisões de acordo com situação da empresa.

2.3.1.1 Ativo

O ativo é caracterizado como um controle da empresa, para verificar os resultados e os benefícios econômicos no momento atual e futuramente. Conforme Silva (2012, p. 42), “no ativo, as contas devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados”.

Já para Ludicibus (2017, p. 45) “[...] o Ativo está disposto em grupos de contas homogêneas ou de mesmas características. Os itens do Ativo são agrupados de acordo com a sua liquidez, isto é, de acordo com a rapidez com que podem ser convertidos em dinheiro”.

2.3.1.1.1 Ativo Circulante (AC)

O AC representa as contas com liquidez a Curto Prazo (CP), ou seja, realizáveis em até 12 meses após a data do BP. Nesse sentido, um exemplo em ordem de liquidez: disponibilidades, créditos, estoques, outros créditos e despesas antecipadas.

Segundo Silva (2012, p. 42) o importante para a empresa é o tempo de a aquisição de ativos e a sua realização em caixa:

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios (CPC 26, itens 66 e 68): a) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; ou d) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

O AC representa as contas que serão consumidas ou vendidas em CP, ou seja, as contas apresentadas são consideradas capital de giro para a empresa, as mesmas serão transformadas em dinheiro em até 12 meses após a data do BP.

2.3.1.1.2 Ativo Não Circulante (ANC)

É composto por contas com liquidez a Longo Prazo (LP) para retornar a empresa, dificilmente serão colocados à venda ou a empresa utilizará em negócios, dessa forma se transformarão em dinheiro lentamente. As contas que representam o ANC são: realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Sobre o ANC, Iudicibus (2017) comenta que:

A entidade deve revisar constantemente o valor contábil de seus ativos, principalmente o imobilizado, que normalmente representa valores expressivos, a fim de determinar o seu valor recuperável (*impairment*) e reconhecer as perdas como redução ao valor recuperável [...] (IUDICIBUS, 2017, p.48).

Conforme mencionado por Iudicibus (2017), é de extrema importância a revisão de valores dos itens que compõem o imobilizado, pois as contas representam valor expressivo no BP.

2.3.1.2 Passivo

De acordo com Iudicibus (2017), as contas integram o BP de forma decrescente, ou seja, as contas liquidadas com menor prazo são colocadas em um primeiro grupo, as contas que serão liquidadas com prazo maior estão em outro grupo.

Segundo Silva (2012, p. 44) “o Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”.

2.3.1.2.1 *Passivo Circulante (PC)*

Segundo Iudicibus (2017, p. 48) o PC são as contas realizadas a CP:

São as obrigações normalmente pagas dentro de um ano; a Lei n.º 6.404 (das SAs) menciona que são aquelas que vencem no exercício seguinte ao balanço patrimonial: contas a pagar, dívidas com fornecedores de mercadorias ou matérias-primas, impostos a recolher (para o governo), empréstimos bancários com vencimento nos próximos 360 dias, as despesas reconhecidas por força do princípio da competência (13º Salário, férias, participação dos empregados no resultado), bem como aquelas provisões de despesas com perdas em processos que são consideradas como prováveis de se tornarem uma obrigação que exigirá pagamento.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2017), a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Técnica Geral (TG) 26 (R5), no item 69 institui que as contas do PC devem ser as contas demonstradas por ordem decrescente de liquidez, com prazo máximo de até 12 meses após a data do balanço, obedecendo aos seguintes critérios:

(a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deverá ser liquidado no período até doze meses após a data do balanço; (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

As contas apresentadas no PC são obrigações que devem ser liquidadas a CP, como por exemplo, pagamento a fornecedores, impostos, salários e encargos, empréstimos bancários, duplicatas a pagar, títulos, entre outros.

2.3.1.2.2 *Passivo Não Circulante (PNC)*

As contas que compõem o PNC são obrigações já ocorridas na empresa e que serão liquidadas a LP, ou seja, após o exercício. Para Iudicibus (2017, p. 48) “são as dívidas da empresa que serão liquidadas com prazo superior a um ano: empréstimos, financiamentos, títulos a pagar, parcelamento de dívidas governamentais etc”.

2.3.1.3 Patrimônio Líquido (PL)

As contas que compõem o PL representam os recursos da empresa, ou seja, quanto maior for o resultado dessas contas melhor a situação econômica e financeira da empresa, sendo que o valor se refere ao capital aplicado pelos sócios, cotistas, entre outros investidores.

Nesse sentido, Iudicibus (2017, p. 45) menciona que:

Na equação patrimonial, o Patrimônio Líquido se constitui no valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representam os valores aplicados no empreendimento pelos sócios quotistas ou acionistas e pelas reservas, lucros retidos ou prejuízos acumulados.

As contas do PL que compõem o BP são: Capital Social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados, cada uma com sua extrema importância para a análise da empresa.

2.3.2 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

A DRE tem como objetivo demonstrar o porquê a empresa chegou ao resultado apresentado. O gestor da empresa consegue analisar e verificar as devoluções realizadas, impostos que foram pagos e abatidos, receitas e despesas em determinado período, entre outros.

De forma detalhada, Iudicibus (2017, p. 50) explica que:

A demonstração de resultado do exercício conforme a Lei n.º 6.404/1976 deve iniciar-se com a receita bruta das vendas e serviços, as deduções de vendas, os abatimentos e os impostos. No entanto, o pronunciamento CPC 26, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, menciona que devem incluir a Receita e seus custos, mas nada menciona sobre os impostos; na verdade a norma internacional para divulgação desta demonstração ignora os impostos por não se tratar de uma obrigação da empresa, que apenas cobra os impostos incidentes sobre a venda e serviços e repassa para o governo brasileiro. Na prática é possível verificar que as demonstrações de Resultados publicadas pelas empresas são elaboradas a partir da venda líquida (já deduzidas as devoluções, os abatimentos e impostos) (IUDICIBUS, 2017, p.50).

Conforme citado por Iudicibus (2017) o objetivo da DRE é confrontar as receitas do período analisado, resultados e custos, para obter o resultado líquido e auxiliar na análise dos gestores.

Para um melhor entendimento, no Quadro 3 apresenta-se a composição estrutural da DRE:

Quadro 3 – Estrutura da DRE de acordo com a Lei das S.A.

(continua)

RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

(-) Descontos Concedidos, Devoluções

(-) Impostos sobre vendas

= RECEITA LÍQUIDA

(-) Custo dos produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados

= RESULTADO BRUTO

(-) Despesas/Receitas Operacionais

(-) Despesas Gerais e Administrativas

(-) Despesas de Vendas

(+) Receitas Financeiras

(-) Despesas Financeiras

(-) Juros sobre Capital Próprio

(+) Outras Receitas Operacionais

(-) Outras Despesas Operacionais

(-) Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

(-) Participações

(-) Contribuições

(+) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio

= RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

(conclusão)

(-) Participações
 (-) Contribuições
 (+) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio
 = RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
 = RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E
 CONTRIBUIÇÕES

(-) Participações
 (-) Contribuições
 (+) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio
 = RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(-) Custo dos produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados
 = RESULTADO BRUTO

(-) Despesas/Receitas Operacionais

(-) Despesas Gerais e Administrativas
 (-) Despesas de Vendas
 (+) Receitas Financeiras
 (-) Despesas Financeiras
 (-) Juros sobre Capital Próprio
 (+) Outras Receitas Operacionais
 (-) Outras Despesas Operacionais
 = RESULTADO OPERACIONAL

(-) Provisão para IRPJ e CSLL
 = RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E
 CONTRIBUIÇÕES

(-) Participações
 (-) Contribuições
 (+) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio
 = RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
 LUCRO POR AÇÃO

Fonte: Assaf Neto (2012).

No Quadro 3 apresenta-se a composição da DRE, os grupos apresentados na estrutura apresentam resultados particulares de cada receita e despesas do período,

possibilitando maior visão para os analistas. A utilização da DRE é de extrema importância para verificar e analisar a situação, apresentado a realidade da empresa para os interessados.

2.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Segundo Silva (2012) mesmo as empresas não estando obrigadas a apresentar a DMPL, sua utilização é de extrema importância, pois possibilita verificar informações referentes as reservas das empresas, não somente as reservas originadas pelo lucro.

Sobre a importância da DMPL, Ludicibus (2010, p. 50) explica que:

Ao contrário da DLPA (Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados) que fornece a movimentação, basicamente, de uma única conta do Patrimônio Líquido (Lucros Acumulados) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação de diversas (todas) contas do PL ocorrida durante o exercício. Assim, todo acréscimo e diminuição do Patrimônio Líquido é evidenciado através desta demonstração, bem como da formação e utilização das reservas (inclusive aquelas não originadas por lucro).

De acordo com Braga (2009, p. 102) “essa demonstração tem por objetivo facilitar a análise das modificações ocorridas nos componentes do patrimônio líquido, durante determinado período, geralmente o exercício social”.

Diante do exposto, ressalta-se a importância da DMPL nas empresas, visto que a mesma demonstra as movimentações no patrimônio da empresa.

2.3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC tem por objetivo verificar todas as entradas e saídas do caixa, em determinado período.

Nesse sentido, Silva (2012, 54-55) explica que:

A **DFC** deve indicar no mínimo as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalente de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos de atividades: a) **Atividades operacionais** – são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e financiamento. b) **Atividade de investimento** – são os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. c) **Atividades de financiamento** – são aqueles que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional (grifo do autor).

Conforme mencionado por Silva (2012), o objetivo principal da DFC é fornecer informações relevantes sobre liquidações e recebimentos, em dinheiro, durante o período que está sendo analisado.

Complementando, Braga (2012, p. 102) menciona que:

A demonstração do fluxo de caixa evidencia as modificações ocorridas no saldo das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da empresa em determinado período, através de fluxos de recebimento e pagamentos. [...] por utilizar linguagem e conceitos mais simples, possui uma melhor comunicação com a maioria dos usuários das demonstrações contábeis.

No entendimento de Braga (2012) a DFC é de grande importância para a empresa, pois facilita a comunicação com os usuários das demonstrações contábeis.

Ainda nesse sentido, Silva (2012) complementa que esta demonstração tem por objetivo demonstrar os recebimentos e pagamento ocorridos em determinado período, analisando todas as aplicações e origens de recursos.

A DFC pode ser elaborada de forma direta ou indireta, conforme Silva (2012), no método direto são apresentados os valores brutos para os itens do recebimento e pagamento com mais significância. Facilita a compreensão e a visualização do fluxo financeiro, possibilitando a demonstração dos recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades da empresa. Já no método indireto, a conciliação da DFC é realizada com efetiva alteração do caixa, exigindo para o analista maior conhecimento na área.

Para melhor entendimento, nos Quadros 4 e 5 respectivamente, apresenta-se o método direto e indireto:

Quadro 4 – Modelo de DFC - Método Direto

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto 20x2
Fluxos de caixa das atividades operacionais
Recebimento de clientes
Pagamentos a fornecedores e empregados
Caixa gerado pelas obrigações
Juros pagos
IRPJ e CSLL pagos
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
Fluxos de caixa das atividades de investimento
Aquisição da controlada X líquido do caixa incluído na aquisição
Compra de ativo imobilizado
Recebimento pela venda de equipamento
Juros recebidos
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos
Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Recebimento pela emissão de ações
Recebido por empréstimo a longo prazo
Pagamento de passivo por arrendamento
Dividendos pagos
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: Adaptado de Silva (2012).

Quadro 5 – Modelo de DFC – Método Indireto

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto 20x2
Fluxos de Caixa das atividades operacionais
Lucro líquido antes do IR e CSLL
Ajuste por:
Depreciação
Perda Cambial
Despesas de juros
Aumento nas contas a receber de clientes e outros
Diminuição nos estoques
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores
Caixa proveniente das operações
Juros pagos
IR e CSLL pagos
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos
Fluxo de caixa das atividades de investimento
Compra de ativo imobilizado
Recebimento pela venda de equipamento
Dividendos recebidos
Caixa líquido usado nas atividades de investimento
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento
Recebimento pela emissão de ações
Recebimento por empréstimos a longo prazo
Pagamento de obrigações por arrendamento
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: Adaptado de Silva (2012).

Compreende-se que a DFC auxilia os gestores nas tomadas de decisões, pois permite visualizar de forma objetiva e clara as entradas e saídas da empresa no momento analisado, possibilitando maior visão e acompanhamento financeiro.

2.3.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Conforme Silva (2012) a DVA é obrigatória desde 2008 para as sociedades anônimas de capital aberto e tem por objetivo evidenciar as riquezas geradas pela companhia e seus elementos que contribuíram para a geração da riqueza, exemplo: acionistas, financiadores, governo, empregados, entre outros.

Sobre a DVA, Padoveze (2010, p. 94) ressalta que:

Através dela pode-se identificar a estrutura básica de custos da empresa. Retrabalhando as informações nela contida, é possível identificar quanto é a participação de materiais, salários, encargos sociais, impostos, despesas e depreciações. Este tipo de informação é gerencialmente importante para comparação entre as estruturas de custos da empresa, do setor e dos concorrentes.

No entendimento do autor acima citado, a DVA avalia o desempenho da empresa e auxilia na tomada de decisão dos gestores, pois é baseada em fatores eficazes de desempenho.

Para um melhor entendimento, no Quadro 6 abaixo apresenta-se o modelo indicado para as empresas em geral:

Quadro 6 – Modelo DVA – empresas em geral

(continua)

DVA – EMPRESAS EM GERAL	
Descrição	
1 – RECEITAS	
1.1)	Vendas de mercadorias, produtos e serviços
1.2)	Outras receitas
1.3)	Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.4)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/ (Constituição)
1.5)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/ (Constituição)

(continuação)

DVA – EMPRESAS EM GERAL**2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**

(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS E COFINS)

- 2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos
- 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
- 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos
- 2.4) Outras (especificar)

3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)**4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO****5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE
(3 - 4)****6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO PELA TRANSFERÊNCIA**

- 6.1) Resultado de equivalência patrimonial
- 6.2) Receitas financeiras
- 6.3) Outras

7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)**8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

- 8.1) Pessoal
 - 8.1.1 – Remuneração direta
 - 8.1.2 – Benefícios
 - 8.1.3 – FGTS
- 8.2) Impostos, taxas e contribuição
 - 8.2.1 – Federais
 - 8.2.2 – Estaduais
 - 8.2.3 – Municipais
- 8.3) Remuneração de capitais de terceiros
 - 8.3.1 – Juros
 - 8.3.2 – Aluguéis
 - 8.3.3 – Outras
- 8.4) Remuneração de capitais próprios
 - 8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio

(conclusão)

DVA – EMPRESAS EM GERAL
8.4.2 – Dividendos
8.4.3 – Lucros retidos/Prejuízo do exercício
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)
(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Adaptado de Silva (2012, p. 63).

Dessa forma, a DVA fornece informações baseadas em parâmetros eficazes de desempenho, demonstrando que é uma ferramenta que pode ser utilizada na tomada de decisão.

2.3.6 Importância das Notas Explicativas

Segundo o *site* Contábeis (2011) as notas explicativas auxiliam na interpretação dos dados das demonstrações contábeis. As mesmas são regidas pela Lei n.º 6.404/76, incluída pela Lei n.º 11.941/09, que estabelece algumas obrigatoriedades:

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei n.º 11.941, de 2009);

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei n.º 11.941, de 2009);

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei n.º 11.941, de 2009).

Conforme mencionado, as notas explicativas são de extrema importância, pois são relatórios que auxiliam nas dúvidas eventuais durante as análises das demonstrações.

2.3.7 Importância do Parecer da Auditoria das empresas listadas na Bolsa

Segundo Sage Gestão Contábil (2016), a auditoria contábil é um processo essencial para companhias de todos os segmentos, pois verifica a precisão dos registros contábeis de uma empresa com o objetivo de evitar fraudes e prevenir irregularidades. Ao fazer da prática parte da rotina da empresa, é possível ter informações concretas, transparentes e mais seguras sobre a situação das finanças, identificando possíveis falhas no sistema financeiro e no controle interno corporativo.

Perez Junior (2012, p. 164) menciona que “o parecer limpo ou com opinião sem ressalvas é emitido quando o auditor aplicou todos os procedimentos de auditoria na extensão que julgou necessário e não encontrou qualquer fato que pudesse influenciar a opinião emitida”.

2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Devido a importância da análise das demonstrações contábeis para as empresas, a seguir serão abordados os principais assuntos relacionados ao tema, como por exemplo, a definição de análise econômica e financeira e seus principais índices.

Conforme Ludicibus (2013), Marion (2012) e Matarazzo (2010), a análise das demonstrações contábeis é dividida em:

- **Análise Horizontal (AH):** identificação das variações ocorridas em determinado período;
- **Análise Vertical (AV):** a análise de participação percentual das contas em relação ao total do grupo a que pertencem;
- **Análise econômica e financeira:** a partir dos dados do BP e da DRE são realizados cálculos de índices econômicos e financeiros, buscando evidenciar, por exemplo, a capacidade de rentabilidade da empresa.

2.4.1 Análise horizontal (AH) e Análise vertical (AV)

Para Padoveze (2010, p.107) “a análise horizontal objetiva verificar as variações ocorridas entre um período analisado e outro”.

Sobre a AV, Padoveze (2010) explica que consiste em uma análise de estrutura ou de participação percentual. Já para Marion e Ribeiro (2011), através da AV é possível identificar a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto analisado.

Iudicibus (2013) menciona a importância da AH e AV para as empresas, conclui que as decisões baseadas nestas informações devem ser avaliadas em conjunto de vários quocientes para uma decisão mais assertiva.

2.4.2 Análise financeira

A análise financeira de uma empresa tem como base os elementos do BP, para identificar sua capacidade de pagamento.

Segundo Kuhn e Lampert (2012, p.11) a análise financeira:

[...] constitui-se num processo de meditação sobre as demonstrações contábeis, objetivando uma avaliação da situação da empresa em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros. Ela serve para avaliar decisões que foram tomadas pela empresa em épocas passadas, bem como fornece subsídios para o planejamento financeiro, visando ao futuro.

Nesse sentido, Silva (2013) menciona que:

A análise financeira é uma ferramenta que nos auxilia na avaliação da empresa. A contabilidade é a linguagem dos negócios e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação que nos fornece dados e informações para diagnosticarmos o desempenho e a saúde financeira da empresa (SILVA, 2013, p. 4).

Através da análise financeira, é possível identificar as situações das empresas nos períodos analisados, com esses dados são elaborados relatórios para auxiliar nas decisões dos gestores, demonstrando o desempenho e a situação financeira das mesmas.

A análise financeira é obtida através do cálculo de índices financeiros, os quais apresentam a relação entre as contas do BP, com o objetivo de demonstrar a situação da empresa.

Conforme Braga (2012) os índices financeiros caracterizam-se como a relação entre os vários grupos patrimoniais que determinam a situação financeira da empresa.

Os índices financeiros, também conhecidos como indicadores, são divididos em: Estrutura de Capital e Liquidez. A seguir serão apresentadas as particularidades de cada índice.

2.4.2.1 Índices de Estrutura de Capital

Os índices de estrutura de capital “[...] indicam a relação de dependência da empresa com a relação a capital de terceiros” (IUDICIBUS, 2013, p. 97).

A seguir apresentam-se cada um deles.

2.4.2.1.1 *Composição do Endividamento (CE)*

Silva (2012, p. 144) defende que, através da análise do índice CE, “[...] é possível mensurar o volume de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação à dívida total”.

Iudicibus (2013, p. 99), complementando, afirma que:

A empresa em franca expansão deve procurar financiá-la, em grande parte, com endividamento de longo prazo, de forma que, à medida que ela ganhe capacidade operacional adicional com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos e outros recursos de produção, tenha condições de começar a amortizar suas dívidas.

Segundo Iudicibus (2013), para o cálculo desse índice, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$CE = \frac{PC}{CT} \times 100$$

O índice em questão representa as dívidas da empresa, a quantidade de Capital de Terceiros (CT) que deverá ser quitada a CP e, conseqüentemente, a quantidade da própria dívida que deverá ser quitada a LP.

2.4.2.1.2 Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

Segundo Braga (2012), o índice PCT diz respeito ao grau de endividamento da empresa, e é considerado um índice financeiro.

Para Assaf Neto (2012), ele representa quanto a empresa possui de CT para cada R\$1,00 de capital próprio aplicado, revelando o endividamento em função do passivo.

De acordo com Matarazzo (2010), a PCT é calculada por meio da seguinte fórmula:

$$PCT = \frac{CT}{PL} \times 100$$

Iudicibus (2013, p.98) menciona que esse quociente “[...] é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas com relação aos capitais de terceiros”.

2.4.2.1.3 Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)

A IPL é o índice que evidencia se a empresa possui recursos próprios para quitar seus endividamentos.

De acordo com Luz (2014, p. 45):

Vale comentar que os recursos oriundos do patrimônio líquido são destinados ao ativo circulante e ao ativo não circulante, sendo necessário achar a equação ideal. No caso da empresa utilizar todo o capital dos sócios para financiar a aquisição de imobilizados, provavelmente terá que recorrer a empréstimos bancários de curto prazo para financiar seu capital de giro.

Segundo Matarazzo (2010), a IPL é calculada através da seguinte fórmula:

$$IPL = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{PL} \times 100$$

Dessa forma, Matarazzo (2010) ressalta que o resultado do IPL representa quantos reais a empresa aplicou no ANC para cada R\$100,00 de PL. Quanto menor esse índice, melhor a situação da empresa.

2.4.2.1.4 Imobilização de Recursos Não Correntes (IRNC)

Segundo Silva (2012, p. 146), o índice IRNC “[...] permite identificar quanto dos Recursos não Correntes da empresa (Patrimônio Líquido + Exigível a longo prazo) está aplicado no Ativo Permanente [...]”.

De acordo com Matarazzo (2010), esse índice é calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{IRNC} = \frac{\text{Ativo Imobilizado}}{\text{PL} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$$

Matarazzo (2010) menciona que, através dessa fórmula, é possível identificar o percentual dos recursos não correntes destinados ao ANC, ou seja, quanto menor, melhor para a empresa.

2.4.2.2 Índices de Liquidez

Segundo Padoveze (2010) os índices têm o objetivo de confrontar números do ativo e passivo e identificar com o resultado se é possível liquidar as dívidas.

De acordo com Marion (2012, p. 75):

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Os índices de liquidez serão apresentados, detalhadamente, a seguir.

2.4.2.2.1 Liquidez Corrente (LC)

A LC tem por objetivo medir a capacidade da empresa para pagamento de dívidas em curto prazo. Dessa forma, Ludicibus (2013, p. 94) ressalta que:

Este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo. É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa.

Segundo Padoveze e Benedicto (2011), para identificar a LC, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

De acordo com Assaf Neto (2012) esse indicador demonstra quanto a empresa possui de AC para cada R\$1,00 de PC, dessa forma, se o índice for maior que R\$1,00 está positivo, igual a R\$1,00 está nulo e menor que R\$1,00 está negativo, indicando que a empresa não consegue honrar com as suas obrigações.

2.4.2.2.2 *Liquidez Seca (LS)*

A LS é o índice que demonstra quanto a empresa possui de recursos a CP para liquidar as obrigações, não considerando o estoque.

Nesse sentido, Assaf Neto (2012, p. 177), menciona que:

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do *disponível e valores a receber* (grifo do autor).

Segundo Assaf Neto (2012) esse índice é calculado por meio da fórmula a seguir:

$$LS = \frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$$

Segundo Matarazzo (2010), através da utilização desse índice identifica-se quanto de ativo líquido a empresa possui para cada R\$1,00 de PC, ou seja, quanto maior o índice mais recursos a empresa possui para liquidar as obrigações sem considerar a venda de estoques.

2.4.2.2.3 *Liquidez Geral (LG)*

A LG é o índice que analisa se a empresa possui recursos suficientes para honrar com todos os seus compromissos.

Iudicibus (2013, p. 96) comenta que “este quociente serve para detectar a saúde financeira no que se refere à liquidez de longo prazo do empreendimento”.

De acordo com Marion (2012), esse índice é identificado através da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{AC + \text{Realizável a Longo Prazo}}{PC + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Matarazzo (2010) ressalta que quanto maior for esse índice, melhor está a situação da empresa, pois identifica quanto a empresa possui de AC e ativo circulante realizável a longo prazo para cada R\$1,00 de dívida total da empresa.

2.4.2.2.4 *Liquidez Imediata (LI)*

A LI é o índice que tem como objetivo identificar quanto de recursos a empresa possui para honrar suas obrigações de imediato. Geralmente, o valor mantido em caixa não é muito expressivo e, dessa forma, esse índice não costuma ser muito alto.

Padoveze e Benedicto (2011, p. 152) ressaltam que:

De todos os indicadores de capacidade de pagamento, este é o que realmente se caracteriza como de liquidez, uma vez que trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante podem ser disponibilizados imediatamente, ou quase, para pagamento de contas, e são agrupados sob o nome de disponibilidades.

Segundo Iudicibus (2013), a LI é encontrada por meio da seguinte fórmula:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{PC}$$

Quanto maior o índice de LI, melhor a situação da empresa, porém é necessário verificar se há valores expressivos de forma incorreta nas disponibilidades, pois prejudica a análise referente a rentabilidade da empresa.

2.4.3 **Análise econômica**

A análise econômica permite a avaliação geral das empresas, através dela verifica-se a rentabilidade em determinado período.

Para a análise econômica são realizados cálculos de índices econômicos com base nos elementos da DRE, esses índices são classificados como índices de rentabilidade.

2.4.3.1 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade identificam o quanto a empresa obteve de retorno em determinado período analisado e refere-se à situação econômica da empresa. Segundo Padoveze e Benedicto (2011), os indicadores analisam o retorno dos investimentos realizados e identificam os fatores que trouxeram esta rentabilidade.

A seguir serão apresentadas as particularidades de cada um.

2.4.3.1.1 Rentabilidade do Ativo (RA)

A RA permite identificar o Lucro Líquido (LL) da empresa. Nesse sentido, Luz (2014, p. 48) aponta que:

Este índice aponta o percentual de retorno de um investimento num determinado período. [...]. Observa-se que, além de revelar o lucro gerado pelos ativos da empresa no período avaliado, esse indicador mede a capacidade da empresa para gerar lucros líquidos e, assim, capitalizar-se e recuperar seu investimento no menor tempo possível.

De acordo com Luz (2014) a RA é encontrada através da seguinte fórmula:

$$RA = \frac{LL}{\text{Ativo Total}}$$

Matarazzo (2010) menciona a importância da RA, pois identifica o índice que a empresa obteve de retorno em determinado tempo, ou seja, analisa quanto lucro a empresa adquiriu para cada R\$100,00 de investimento e, dessa forma, quanto maior for o índice melhor.

2.4.3.1.2 Giro do Ativo (GA)

Para Matarazzo (2010), o GA permite identificar o volume de vendas da empresa, comparando com o capital investido. O autor afirma que o índice GA demonstra quanto a empresa vendeu para cada R\$1,00 de investimento.

Segundo Padoveze e Benedicto (2011), utiliza-se a seguinte fórmula para analisar esse índice:

$$GA = \frac{\text{Vendas Líquidas (ou Receita Líquida)}}{\text{Ativo Total}}$$

Conforme menciona Ribeiro (2011, p.169), “a interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar se o volume das vendas realizadas no período foi adequado em relação ao Capital Total investido na empresa”.

2.4.3.1.3 Margem Líquida (ML)

A ML permite identificar quando a empresa obteve de lucro em determinado período. Matarazzo (2010) explica que esse índice demonstra quanto lucro a empresa adquiriu para cada R\$100,00 vendidos.

De acordo com Silva (2012), para calcular a ML, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$ML = \frac{LL}{\text{Vendas líquidas (ou Receita Líquida)}}$$

Para Silva (2013, p. 238), “[...] o índice de retorno sobre as vendas compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, fornecendo o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação a seu faturamento”. Esse índice permite visualizar o retorno sobre as vendas, comparando-as com o investimento realizado.

2.4.4 Índices de Prazo Médio

Os índices de prazos médios são conhecidos como indicadores de atividades. São divididos em: Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE) Prazo Médio de

Recebimento de Vendas (PMRV) e Prazo Médio de Pagamento das Compras (PMPC), apresentados a seguir.

2.4.4.1 Prazo Médio de Renovação dos Estoques (PMRE)

De acordo com Silva (2012, p. 131-132) “este indicador mostra quantos dias [...], em média, as mercadorias ou produtos acabados ficaram estocados na empresa antes de serem vendidos. [...] o ideal é que a empresa tenha um alto índice de rotação de seus estoques”.

Para cálculo do PMRE é necessário ter conhecimento das contas que compõem o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e o Custo dos Produtos Vendidos (CPV).

Silva e Lins (2014) definem que o CMV representa o valor a ser baixado dos estoques após as vendas, o qual é calculado através da fórmula:

$$\text{CMV} = \text{Estoque Inicial (EI)} + \text{Compras} - \text{Estoque Final (EF)}$$

Ou seja, soma-se o valor de EI com o valor das compras, e subtrai-se o EF. Em relação às compras, deve-se utilizar o valor líquido.

Martins (2010) define o CPV como o custo da produção vendida em determinado período. Fazem parte deste custo os valores de matérias primas, mão - de-obra e outros custos aplicados nos produtos vendidos. O CPV é calculado através da fórmula:

$$\text{CPV} = \text{EI} + \text{Custo Industrial (CI)} - \text{EF}$$

Segundo Matarazzo (2010), o PMRE é encontrado através da seguinte fórmula:

$$\text{PMRE} = \frac{\text{Estoque ou Estoque Médio}}{\text{CMV}} \times 360$$

O PMRE identifica o tempo médio para renovação dos estoques, ou seja, quanto maior esse índice melhor será para a empresa, a renovação ocorre quando há aumento de demandas por parte dos clientes.

2.4.4.2 Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV)

Segundo Assaf Neto (2012), o indicador PMRV aponta o tempo médio de recebimento do produto vendido para os clientes, ou seja, quanto menor esse tempo, melhor para a empresa.

Nesse sentido, Iudicibus (2013, p. 102) complementa:

Este quociente indica quantos dias, semanas, ou meses a empresa deverá esperar, em média, antes de receber suas vendas a prazo [...]. As vendas médias (somente a parcela a prazo) são calculadas dividindo-se as vendas a prazo por 360, 12, etc., conforme desejemos o resultado expresso em dias, meses etc.

De acordo com Silva (2012), para identificar esse índice, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{PMRV} = \frac{\text{Duplicatas a receber}}{\text{Vendas brutas}} \times 360$$

Dessa forma, o PMRV é identificado através da divisão das duplicatas a receber pelo total das vendas, multiplicado por 360.

2.4.4.3 Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)

O índice PMPC identifica quanto tempo é necessário para a empresa quitar as compras com seus fornecedores.

Nesse sentido, explica-se que “O prazo médio de pagamento das compras é um índice do tipo *“quanto maior, melhor”*, mantidos constantes os demais fatores e desde que o volume de fornecedores não se mantenha alto por atraso de pagamento” (SILVA, 2013, p. 261, grifo do autor).

Segundo Matarazzo (2010), para identificar o índice em questão, estabelece-se a fórmula a seguir:

$$\text{PMPC} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 360$$

O PMPC é obtido por meio da divisão do saldo de fornecedores pelo valor das compras, multiplicado por 360.

2.4.4.4 Ciclo Operacional (CO)

Segundo Assaf Neto (2012, p. 183) o CO é definido como:

[...] a soma dos prazos de cada uma das fases operacionais que se denomina período de maturação. Em outras palavras, período de maturação é o tempo médio decorrido desde a compra da matéria-prima até que seja transformada em um produto final e vendida, se recebe seu importe de venda. Quanto mais longo se apresentar o período de maturação, maior será o seu volume de recursos a ser destinado pela empresa para financiar sua atividade.

Em outras palavras, pode-se dizer que o CO compreende o período de tempo entre a compra dos fornecedores e o recebimento dos clientes.

Segundo Matarazzo (2010), para calcular o CO utiliza-se a seguinte fórmula:

$$CO = PMRE + PMRV$$

2.4.4.5 Ciclo Financeiro (CF)

De acordo com Assaf Neto (2012, p. 190), “[...] o ciclo de caixa (ou ciclo financeiro) compreende o período de tempo entre o momento do *desembolso inicial* de caixa para pagamento dos materiais e a data do recebimento da venda do produto acabado” (grifo do autor).

Complementando, Matarazzo (2010, p. 268) cita que “o tempo decorrido entre o momento em que a empresa coloca o dinheiro (pagamento ao fornecedor) e o momento em que recebe as vendas (recebimento do cliente) é o período em que a empresa precisa arrumar financiamento”.

Para calcular o CF, Assaf Neto (2012) menciona a seguinte fórmula:

$$CF = CO - PMPC$$

O CF, portanto, é encontrado pela diferença de dias entre o CO e o PMPC.

2.5 ANÁLISE DO DIFERENCIAL COMPETITIVO

Os diferenciais competitivos são de extrema importância para as empresas. Os clientes sempre analisam os benefícios em relação ao produto ou serviço antes de adquirir o mesmo ou realizar a compra e através desses diferenciais é possível fidelizar e conquistar o cliente.

Nesse sentido Costa (2014, não paginado) explica que:

Os clientes estão cada vez mais exigentes, procuram conhecer bem o produto e/ou serviço antes de efetuar a compra, buscam o máximo de informações, as condições de negociação da empresa e de seus concorrentes para optar pela melhor proposta, aquela que tenha o melhor custo benefícios. As ofertas são cada vez mais variadas e atraentes, por isso, os clientes estão cada vez mais inconstantes e infiéis.

Sendo assim, é necessário que as empresas analisem os diferenciais em relação a empresa concorrente, em busca de atender os objetivos e as necessidades dos clientes.

3 METODOLOGIA

3.1 QUANTO AO OBJETIVO

3.1.1 Pesquisa Descritiva

Conforme Andrade (2002 *apud* BEUREN et al., 2013, p.81) “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

No estudo desenvolvido foi realizada uma pesquisa descritiva, através da análise e interpretação dos dados sem que o pesquisador pudesse interferir.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Para Gil (1995, p.65 *apud* BEUREN et al., 2013, p. 83) “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”.

Nesse sentido, em relação aos procedimentos, o que interfere na identificação e na análise, é o método utilizado para coletar esses dados. Sendo assim, a seguir apresentam-se os procedimentos adotados para o desenvolvimento do estudo proposto.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Será utilizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de buscar informações referente a análise das demonstrações, contábeis sob o aspecto econômico-financeiro e suas técnicas e ferramentas para auxiliar no processo de tomada de decisão. Definindo a pesquisa bibliográfica, Köche (2011, p. 122) explica que “[...] é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir de teorias publicadas em livros ou obras congêneres”. O autor também ressalta a importância da pesquisa bibliográfica na realização de pesquisas, com o objetivo de aprofundar conhecimento sobre um determinado tema. Já para Ramos (2009, p. 81) a pesquisa bibliográfica é definida como “[...] um procedimento formal com método, requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir a

verdade/veracidade dos fatos/fenômenos/eventos, enfim a construção do conhecimento”.

Realizou-se uma vasta pesquisa bibliográfica a respeito do tema em questão, para que o pesquisador possuísse embasamento teórico suficiente para aplicar essa teoria em posterior estudo de caso. Desse modo, a pesquisa bibliográfica tornou-se um procedimento indispensável para o desenvolvimento desse estudo.

3.2.2 Pesquisa Documental

Por vezes a pesquisa documental é confundida com a pesquisa bibliográfica, sendo assim Beuren et al. (2013, p. 89) as diferencia da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente das contribuições de vários autores sobre determinada temática de estudo, já a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental é realizada de acordo com os objetivos de cada trabalho, os dados propostos não recebem análise analítica ou científica, ou seja, esses dados podem ser reelaborados.

Para o desenvolvimento do estudo proposto, utilizou-se a pesquisa documental para buscar dados nas demonstrações contábeis das instituições financeiras selecionadas para o estudo de caso, pois os mesmos são relatórios que ainda não receberam um tratamento analítico.

3.2.3 Estudo de Caso

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se um estudo de caso com duas empresas do segmento de seguros, aplicando os conceitos identificados na pesquisa bibliográfica. Sobre o estudo de caso, Lakatos e Marconi (2011, p. 276), ressaltam que “[...] refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado”. Diante do exposto pelos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

Realizou um estudo de caso que consistiu em analisar as demonstrações contábeis de duas empresas do segmento de seguros, verificando seus indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, para posterior comparação de seus desempenhos, trazendo ao pesquisador a oportunidade da aplicação prática do conhecimento teórico e, conseqüentemente, aprofundando o conhecimento sobre o tema.

3.2.4 Pesquisa de Campo

O *Net Promoter Score*, ou NPS®, é uma metodologia criada por Reichheld e Markey (2003), com o objetivo de realizar a mensuração do Grau de Lealdade dos Consumidores de qualquer tipo de empresa. Sua ampla utilização se deve a simplicidade, flexibilidade e confiabilidade da metodologia. *Net Promoter Score*, traz algumas regras para serem aplicadas no momento de mensuração e análise do feedback dos clientes de forma rigorosa e eficaz (REICHHELD; MARKEY, 2011).

A pesquisa de campo é realizada com dados do ambiente atual para análise e interpretação, com o objetivo de coletar dados importantes para desenvolver o trabalho. Nesse sentido, Rodrigues (2007, p.42), menciona que:

[...] é aquela que busca fontes primárias, no mundo dos acontecimentos não provocados e nem controlados pelo pesquisador [...]. Trata-se de um procedimento baseado na observação direta do objeto estudado no meio que lhe é próprio, geralmente sem a interferência do pesquisador, ou sem que esta interferência modifique substancialmente os acontecimentos.

A pesquisa de campo pode ser realizada sem interferência do pesquisador ou a interferência do mesmo não pode alterar os acontecimentos, utilizando dados do cenário atual com o objetivo de coletar dados importantes para atingir o objetivo proposto no trabalho.

A pesquisa de campo realizada no estudo proposto não houve a interferência do pesquisador, ou seja, buscou-se relacionar os dados obtidos com outros fatos e informações internas.

3.3 QUANTO A ABORDAGEM

De acordo com Beuren et al. (2013, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se as análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

A pesquisa qualitativa é utilizada para extrair as particularidades e experiências individuais dos entrevistados.

Para o desenvolvimento do trabalho proposto, utilizou-se a pesquisa de campo para evidenciar características importantes entre os cinco maiores corretores de Bento Gonçalves, buscando identificar as particularidades das companhias e o grau de importância para as mesmas.

4 ESTUDO DE CASO

Nesse capítulo, será apresentado o Estudo de Caso, com o objetivo de aplicar o que foi apresentado no referencial teórico. Será desenvolvida a análise econômica e financeira de duas empresas do mesmo segmento, com o objetivo de identificar a real situação econômico-financeira das mesmas.

Para complementar o Estudo de Caso, buscou-se realizar uma pesquisa para identificar a percepção de um grupo de corretores atuantes no mercado de Bento Gonçalves-RS, através de um instrumento de pesquisa, para identificar os principais diferenciais competitivos que os mesmos visualizam e priorizam no dia a dia em relação as Companhias de Seguros no Brasil.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

A empresa objeto de estudo será comparada com outra do mesmo segmento. Por motivo de sigilo, a empresa estudada será denominada de Empresa Estudo de Caso Ltda. e a empresa a qual será comparada de Empresa Concorrente Ltda.

Para tanto, serão utilizadas as demonstrações contábeis dos exercícios de 2016 e 2017. Em um segundo momento, será realizada a análise comparativa a partir dos resultados apresentados no exercício de 2017.

4.1.1 Empresa Estudo de Caso Ltda.

A empresa Estudo de Caso Ltda., possui Matriz em São Paulo/SP e, atualmente, possui escritórios em todo Brasil. Trata-se de uma Companhia de Seguros com foco em atender os corretores da região, prestando atendimento nas suas vendas e pós-vendas, atende também os clientes finais (segurados/terceiros em caso de sinistros, dúvidas, entre outros).

A mesma possui aproximadamente 5.200 colaboradores em todo o país. Iniciou suas atividades em 1992, com a missão de desenvolver excelente relação com os clientes, distribuidores, fornecedores, acionistas e sociedade.

Em relação ao enquadramento tributário, a Empresa Estudo de Caso Ltda., está obrigada ao regime do Lucro Real, em virtude da sua atividade.

4.1.2 Empresa Concorrente Ltda.

A Empresa Concorrente Ltda., possui a sua sede em São Paulo/SP e dispõem de escritórios em todo Brasil para suporte aos corretores e clientes finais.

Iniciou suas atividades em 1945, tendo como missão assumir riscos e prestar serviços, por meio de um atendimento familiar que supere expectativas, garantindo agilidade e custos competitivos com responsabilidade ambiental e social. Atualmente, possui aproximadamente 6.300 colaboradores em todo o país.

Em relação ao enquadramento tributário, a Empresa Concorrente Ltda., está obrigada ao regime do Lucro Real, em virtude da sua atividade.

4.1.3 Base de dados para a análise

Tratam-se de duas empresas de grande porte com obrigatoriedade de enquadramento no Lucro Real, devido a atividade exercida. Para uma melhor análise e elaboração do estudo proposto, foram analisadas as demonstrações contábeis dos exercícios 2016 e 2017.

4.2 ANÁLISE FINANCEIRA

A seguir serão demonstradas as análises verticais e horizontais do BP, da Empresa Estudo de Caso Ltda. e da Empresa Concorrente Ltda.

4.2.1 AV e AH do BP

4.2.1.1 AV do BP

Nas Tabelas 2 e 3 são apresentadas a AV do BP dos exercícios de 2016 e 2017 da Empresa Estudo de Caso Ltda. e da Empresa Concorrente Ltda., respectivamente.

Tabela 2 – AV do BP da Empresa Estudo de Caso Ltda.

	2017 R\$	2016 R\$	AV 2017 %	AV 2016 %
ATIVO				
Disponíveis	17.461,00	94.096,00	0,19	1,04
Créditos	4.518.948,00	4.302.316,00	48,18	47,45
Imobilizado	68.194,00	65.455,00	0,73	0,72
Intangível	327.455,00	356.691,00	3,49	3,93
PASSIVO				
Impostos e encargos sociais a recolher	115.345,00	119.307,00	1,23	1,32
PL				
Capital Social	2.072.858,00	1.915.863,00	22,10	21,13
Reservas de lucros	368.190,00	618.378,00	3,93	6,82

Fonte: Produção da autora.

Tabela 3 – AV do BP da Empresa Concorrente Ltda.

	2017 R\$	2016 R\$	AV 2017 %	AV 2016 %
ATIVO				
Disponíveis	11.230.535,00	10.709.480,00	39,15	42,24
Créditos	10.362.544,00	9.304.437,00	36,13	36,69
Imobilizado	1.636.474,00	1.535.599,00	5,71	6,06
Intangível	1.951.476,00	1.823.541,00	6,80	7,19
PASSIVO				
Impostos e encargos sociais a recolher	419.671,00	408.033,00	1,46	1,61
PL				
Capital Social	3.500.000,00	3.170.000,00	12,20	12,50
Reservas de lucros	3.961.576,00	3.703.495,00	13,81	14,61

Fonte: Produção da autora.

A seguir apresenta-se a AV do BP demonstrados nas Tabelas 2 e 3.

4.2.1.1.1 AV do Ativo

Analisando-se os valores apresentados no grupo disponíveis, a Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, representava 1,04% em relação ao ativo total. Os valores apresentados na conta caixa, banco e equivalente de caixa nesse período são bem expressivos, sendo que em 2017 o percentual de representatividade reduziu para 0,19%. Já a Empresa Concorrente Ltda., em 2016 apresentou 42,24% de ativos disponíveis, sendo sua conta de maior representatividade a equivalente de caixa, onde em 2017 diminuiu para 39,15%.

Comparando-se as situações financeiras das empresas no período de 2017, pode-se dizer que a Empresa Concorrente Ltda., apresentou 39,15% de recursos disponíveis, ou seja, sua situação era favorável em relação à Empresa Estudo de Caso Ltda., a qual apresentou 0,19% em relação ao ativo total.

A conta crédito caracteriza-se como a conta mais representativas do AC, ou seja, a Empresa Estudo de Caso Ltda. realizou grande parte de suas vendas a prazo, sendo que em 2016 apresentou 47,45% e, em 2017, aumentou para 48,18%. Já a Empresa Concorrente Ltda., no período de 2016 apresentou 36,69% e, em 2017, diminuiu para 36,13%.

Considerando-se os resultados obtidos no exercício de 2017, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 48,18% e a Empresa Concorrente Ltda. 36,13% de créditos em relação ao total do ativo.

Na conta imobilizado são registrados os bens da empresa. Na Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016 o imobilizado representou 0,72% em relação ao total do ativo, sendo que aproximadamente 59% do saldo dessa conta refere-se a imóveis de uso próprio. Em 2017, o percentual de representatividade manteve-se estável, apresentando 0,73%, onde também os imóveis de uso próprio eram responsáveis pela maior parte do saldo da conta. Já a Empresa Concorrente Ltda., em 2016, apresentou 6,06% e, em 2017, 5,71%, a partir das notas explicativas verificou-se que as contas com maior saldo foram: terrenos, edificações e equipamentos.

Comparando-se os resultados mencionados no exercício de 2017 a Empresa Estudo de Caso Ltda., apresentou 0,73% de ativo imobilizado em relação ao seu ativo total, enquanto Empresa Concorrente Ltda., 5,71%.

O intangível é um dos índices com maior representatividade no ANC. A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, apresentou 3,93% e através das notas explicativas verificou-se que o maior percentual de representatividade está na conta de desenvolvimento em sistemas. Em 2017 o percentual de representatividade do intangível diminuiu para 3,49%. Já a Empresa Concorrente Ltda., em 2016, apresentou 7,19% e, em 2017, 6,80%, sendo a conta *software* a conta com maior representatividade.

No intangível são registrados os valores investidos em marcas e patentes, entre outras. Comparando-se os resultados de ambas as empresas, no exercício de

2017, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 3,49% e a Empresa Concorrente Ltda. 6,80% em relação a seus ativos totais.

4.2.1.1.2 AV do Passivo e do PL

O grupo impostos e encargos sociais a recolher representam o percentual de impostos e obrigações a pagar. A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, apresentou 1,32%. Através das notas explicativas verificou-se como a conta de maior representatividade a conta Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre prêmios emitidos. Sendo que em 2017, o percentual desse grupo diminuiu para 1,23%. Já a Empresa Concorrente Ltda., em 2016, apresentou 1,61% e no exercício de 2017 diminuiu para 1,46%, a partir das notas explicativas constatou-se que as contas com maior representatividade nesses exercícios foram IOF sobre prêmios emitidos, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Comparando-se os resultados obtidos no exercício de 2017, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 1,23% de obrigações e impostos a pagar, e a Empresa Concorrente Ltda., 1,46% em relação ao total do passivo.

O capital social representa o valor investido pelos sócios na empresa. A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, apresentou 21,13% de capital subscrito e integralizado, sendo que em 2017 não apresentou aumento significativo, passando para 22,10%. Já a Empresa Concorrente Ltda., em 2016, apresentou 12,50% de capital integralizado sobre o total do passivo e no exercício de 2017 esse percentual reduziu para 12,20%.

Comparando-se os resultados de 2017, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 22,10% de capital social integralizado em relação ao total do passivo, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. apresentou 12,20%.

Analisando-se a conta reserva de lucros, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou em 2016, 6,82% de lucros e em 2017, reduziu esse percentual para 3,93%. Já a Empresa Concorrente Ltda. em 2016 apresentou 14,61% de lucros e em 2017, 13,81%. Nesse sentido, comparando os resultados apresentados nota-se que ambas diminuíram seu percentual em relação ao exercício de 2016, pois a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 3,93% e a Empresa Concorrente Ltda. 13,81%.

4.2.1.2 AH do BP

Nas Tabelas 4 e 5 são apresentadas a AH do BP da Empresa Estudo de Caso Ltda. e da Empresa Concorrente Ltda., nos exercícios de 2016 e 2017, respectivamente, comparando-se a evolução de cada conta, considerando no índice, o período anterior.

Tabela 4 – AH do BP da Empresa Estudo de Caso Ltda.

	2017 R\$	2016 R\$	2017- 2016 %
ATIVO			
Disponíveis	17.461,00	94.096,00	-81,44
Créditos	4.518.948,00	4.302.316,00	5,04
Imobilizado	68.194,00	65.455,00	4,18
Intangível	327.455,00	356.691,00	-8,20
PASSIVO			
Impostos e encargos sociais a recolher	115.345,00	119.307,00	-6,54
PL			
Capital Social	2.072.858,00	1.915.863,00	4,59
Reservas de lucros	368.190,00	618.378,00	-42,44

Fonte: Produção da autora.

Tabela 5 – AH do BP da Empresa Concorrente Ltda.

	2017 R\$	2016 R\$	2017- 2016 %
ATIVO			
Disponíveis	11.230.535,00	10.709.480,00	4,87
Créditos	10.362.544,00	9.304.437,00	11,37
Imobilizado	1.636.474,00	1.535.599,00	6,57
Intangível	1.951.476,00	1.823.541,00	7,02
PASSIVO			
Impostos e encargos sociais a recolher	419.671,00	408.033,00	2,85
PL			
Capital Social	3.500.000,00	3.170.000,00	10,41
Reservas de lucros	3.961.576,00	3.703.495,00	6,97

Fonte: Produção da autora.

A seguir apresenta-se a AH do BP demonstrados nas Tabelas 4 e 5.

4.2.1.2.1 AH do Ativo

No grupo disponíveis, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou redução de 81,44% nos saldos de conta bancária e caixa, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. em relação aos exercícios de 2016 e 2017, apresentou aumento de 4,87%, ou seja, a situação da Empresa Estudo de Caso Ltda. está mais favorável.

Comparando-se o exercício de 2017 com o exercício de 2016 o percentual apresentado na conta crédito na Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou aumento de 5,04% e na Empresa Concorrente Ltda. 11,37% de evolução no período analisado. Com isso, pode-se afirmar que as empresas apresentaram aumento desse percentual devido às vendas realizadas a prazo.

Analisando-se as contas do ativo imobilizado, ambas as empresas apresentaram evolução comparando-se o exercício de 2017 com o exercício de 2016, sendo que a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 4,18% de evolução, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. apresentou 6,57%. Analisando as notas explicativas verificou-se que na Empresa Estudo de Caso Ltda. o saldo da conta outras imobilizações foi o único que apresentou aumento no exercício de 2017, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. apresentou aumento significativo na conta obras em andamento e benfeitorias em imóveis de terceiros.

Referente ao intangível, que representa os valores investidos em marcas e patentes, entre outros, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou redução de 8,20%, que se justifica, de acordo com as notas explicativas, pela redução do saldo na conta de desenvolvimento de sistemas. Já a Empresa Concorrente Ltda. apresentou aumento de 7,02% no período de 2017, visto que a empresa aumentou seus investimentos em *softwares*.

4.2.1.2.2 AH do Passivo e PL

Os impostos e encargos sociais a recolher representam as obrigações a serem pagas. Comparando-se o exercício de 2017 com o exercício de 2016, constatou-se que a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou redução de 6,54%. Com base nas notas explicativas, nota-se que a empresa apresentou redução na conta de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e na conta outros impostos e encargos sociais a recolher, sendo essa com maior representatividade nessa redução.

Enquanto a Empresa Concorrente Ltda., apresentou, em 2017, 2,85% de aumento, sendo as contas IOF sobre prêmios de seguros emitidos, IRPJ e CSLL as que impactaram nesse aumento.

Em relação ao capital social integralizado e subscrito pelos sócios, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 4,59% de evolução e a Empresa Concorrente Ltda. apresentou 10,41% de evolução comparando-se o exercício de 2017 com o exercício de 2016.

Analisando-se a conta reserva de lucros em relação aos exercícios estudados, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou redução de 42,44%, o qual é justificado pelo prejuízo que a empresa apresentou em 2017, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. apresentou 6,97% de crescimento em relação ao lucro.

4.2.2 Índices de Estrutura de Capital

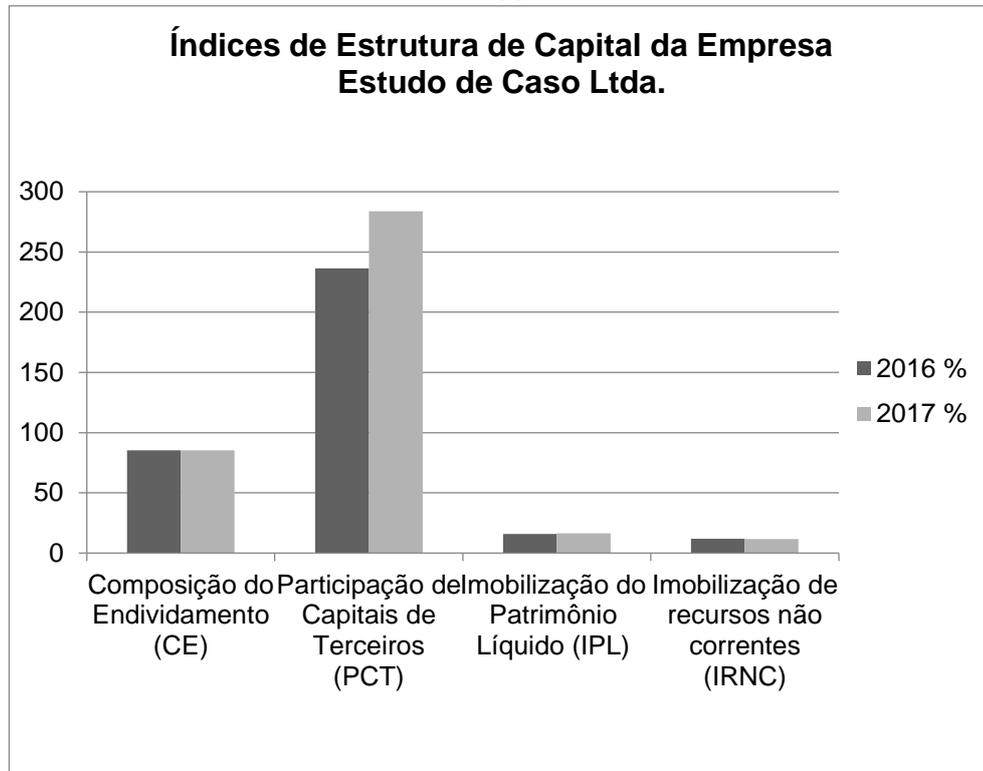
Na Tabela 6 e na Figura 1 a seguir apresentam-se os índices de estrutura de capital, permitindo analisar o endividamento da Empresa Estudo de Caso Ltda.

Tabela 6 – Índices de Estrutura de Capital da Empresa Estudo de Caso Ltda.

Índice	2016 %	2017 %
CE	85,21	85,42
PCT	236,47	283,81
IPL	15,89	16,48
IRNC	11,77	11,66

Fonte: Produção da autora.

Figura 1 – Gráfico dos índices de Estrutura de Capital da Empresa Estudo de Caso Ltda.



Fonte: Produção da autora.

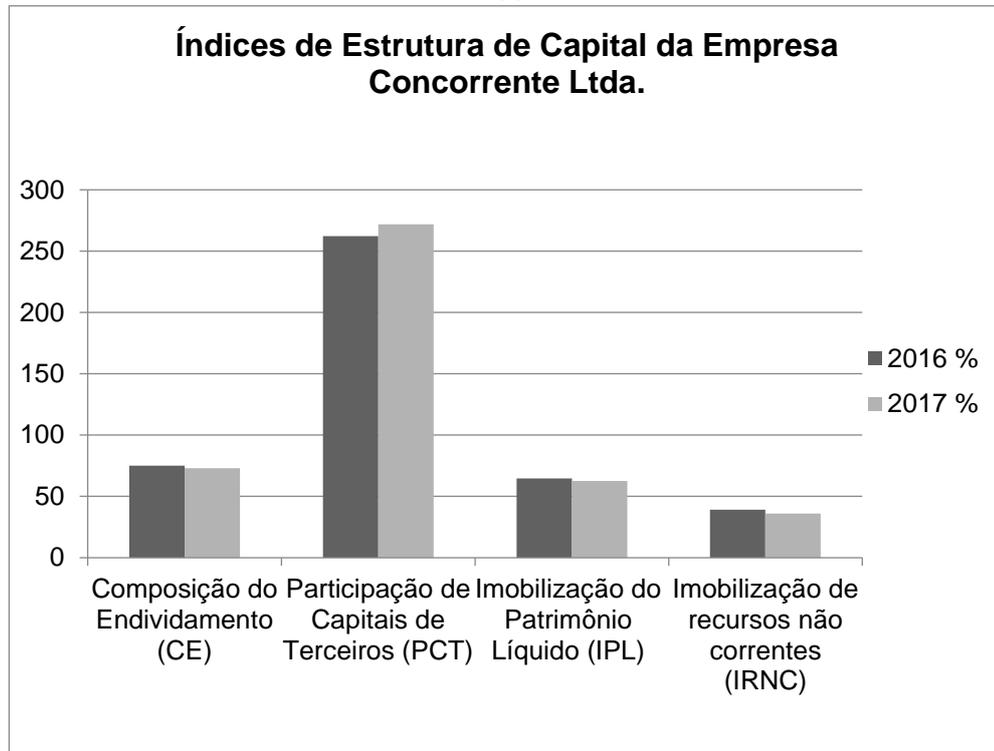
Na Tabela 7 e na Figura 2 a seguir apresentam-se os índices de estrutura de capital, permitindo analisar o endividamento da Empresa Concorrente Ltda.

Tabela 7 – Índices de Estrutura de Capital da Empresa Concorrente Ltda.

Índice	2016 %	2017 %
CE	75,04	73,08
PCT	262,20	271,74
IPL	64,75	62,52
IRNC	39,14	36,11

Fonte: Produção da autora.

Figura 2 – Gráfico dos índices de Estrutura de Capital da Empresa Concorrente Ltda.



Fonte: Produção da autora.

A seguir apresenta-se a análise dos índices de estrutura de capital, demonstrados nas Tabelas 14 e 15.

4.2.2.1 CE

Através deste índice verifica-se o percentual de dívidas à CP em relação ao total das dívidas. Analisando-se a Empresa Estudo de Caso Ltda., observa-se que em 2016 e 2017 o percentual de dívidas a CP permaneceu estável, sendo que em 2016, 85,21% das dívidas eram de CP e em 2017 a empresa apresentou um pequeno aumento, passando para 85,42%. Já a Empresa Concorrente Ltda. apresentou uma pequena redução neste índice. Em 2016, 75,04% de suas dívidas estavam no CP, e em 2017 o percentual de dívidas à CP reduziu para 73,08%.

Analisando-se as empresas, nota-se que ambas apresentam elevado percentual de suas dívidas vencíveis à CP. Pode-se dizer que o ideal seria que as mesmas possuíssem o maior montante de dívidas vencíveis a LP e, dessa forma, teriam maior prazo para pagamento e tempo para gerar recursos para pagamento das mesmas.

4.2.2.2 PCT

Através desse índice identifica-se o quanto de CT as empresas utilizaram. Comparando-se o exercício de 2017 com o exercício de 2016, observa-se que a Empresa Estudo de Caso Ltda. utilizou mais CT. Sendo que em 2016 a mesma utilizou 236,47% e em 2017 esse percentual passou para 283,81%. A Empresa Concorrente Ltda. também aumentou a sua necessidade de CT. Em 2016 utilizou 262,20% e em 2017, 271,74%.

A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2017, para cada R\$ 100,00 de capital próprio utilizou R\$ 283,81 de CT, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. necessitou de R\$ 271,74. Neste índice quanto menor o percentual de utilização de CT melhor a situação da empresa. Porém pode-se dizer que mesmo em 2017 as empresas utilizando um elevado percentual de CT, as mesmas apresentaram uma boa situação financeira, pois optaram em deixar os recursos financeiros aplicados e utilizaram recursos de terceiros, o que era mais vantajoso.

4.2.2.3 IPL

Através desse índice identifica-se quanto as empresas possuem de capitais próprios para quitar suas dívidas e, nesse caso, quanto menor for o índice, melhor é a situação da empresa. Analisando-se a Empresa Estudo de Caso Ltda., observa-se que no ano de 2016 a empresa apresentou 15,89% e em 2017 aumentou para 16,48%. Já a Empresa Concorrente Ltda., no ano de 2016 apresentou 64,75% de capitais de terceiros, e em 2017 diminuiu para 62,52%.

Observando-se os índices de 2017, a situação da Empresa Estudo de Caso Ltda. é favorável, pois apresentou 16,48%, ou seja, para cada R\$100,00 de PL a empresa investiu R\$16,48 no seu ativo imobilizado. Já a Empresa Concorrente Ltda. investiu R\$62,52 no seu imobilizado.

4.2.2.4 IRNC

Esse índice permite identificar os recursos não correntes que são destinados ao ANC e, nesse caso, quanto menor o índice melhor para a empresa.

Analisando-se a Empresa Estudo de Caso Ltda., observa-se que no ano de 2016 a mesma destinava 11,77% de seus recursos e em 2017 diminuiu para 11,66%.

Verificando os índices da Empresa Concorrente Ltda., identifica-se que no ano de 2016 a mesma destinou 39,14% e, em 2017 diminuiu para 36,11%. Ou seja, 36,11% dos recursos não correntes da empresa foram investidos no seu ativo imobilizado.

Comparando-se a situação de ambas as empresas no exercício de 2017, a Empresa Estudo de Caso Ltda. destinou menos recursos, ou seja, a situação da empresa em relação à Empresa Concorrente Ltda. estava melhor.

4.2.3 Índices de liquidez

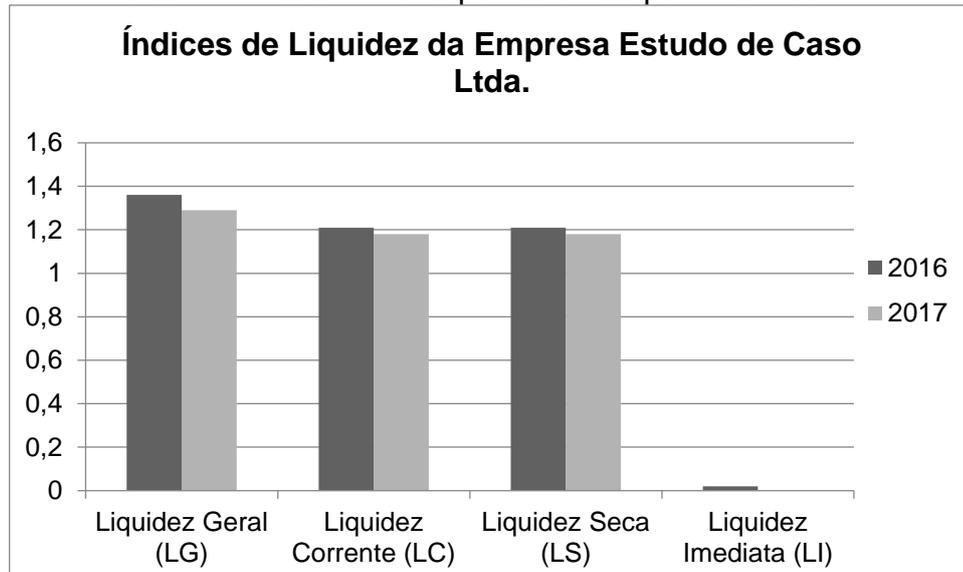
Através dos índices de liquidez foram analisadas as situações financeiras das empresas em relação às obrigações de curto e longo prazo das mesmas. Na Tabela 8 e na Figura 3 a seguir, apresentam-se os índices de liquidez da Empresa Estudo de Caso Ltda.

Tabela 8 – Índices de Liquidez da Empresa Estudo de Caso Ltda.

Índice	2016 R\$	2017 R\$
LG	1,36	1,29
LC	1,21	1,18
LS	1,21	1,18
LI	0,02	0,00

Fonte: Produção da autora.

Figura 3 – Gráfico dos índices de liquidez da Empresa Estudo de Caso Ltda.



Fonte: Produção da autora.

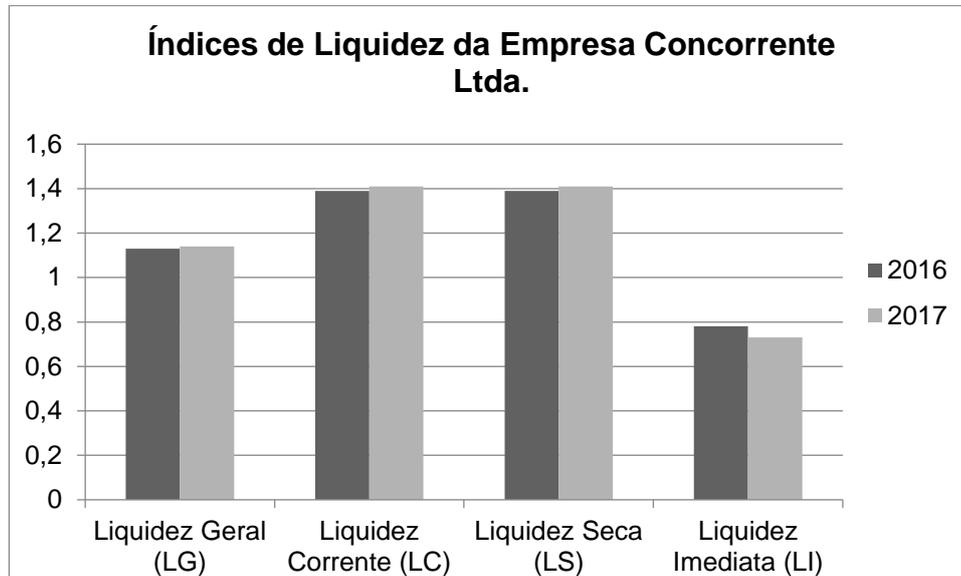
Na Tabela 9 e na Figura 4 a seguir, apresentam-se os índices de liquidez da Empresa Concorrente Ltda.

Tabela 9 – Índices de Liquidez da Empresa Concorrente Ltda.

Índice	2016 R\$	2017 R\$
LG	1,13	1,14
LC	1,39	1,41
LS	1,39	1,41
LI	0,78	0,73

Fonte: Produção da autora.

Figura 4 – Gráfico dos índices de liquidez da Empresa Concorrente Ltda.



Fonte: Produção da autora.

A seguir apresenta-se a análise dos índices de liquidez demonstrados nas Tabelas 8 e 9.

4.2.3.1 LG

Esse índice demonstra a capacidade da empresa efetuar os pagamentos no curto e longo prazo. Na empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016 para cada R\$1,00 de dívida total a empresa possuía R\$1,36 para quitar suas obrigações, já em 2017, para cada R\$1,00 de dívida total e empresa apresentava R\$1,29. Analisando-se a Empresa Concorrente Ltda. no exercício de 2016, a empresa apresentou R\$1,13 para cada R\$1,00 de dívida total. Já no exercício de 2017 para cada R\$1,00 a empresa possuía R\$1,14 para quitar suas obrigações.

Identificando-se os resultados do exercício 2017 e comparando-os com os resultados da Empresa Estudo de Caso Ltda. e Empresa Concorrente Ltda., observa-se que ambas apresentam resultados satisfatórios, pois a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou R\$1,29 para cada R\$1,00 de dívida total enquanto que a Empresa Concorrente Ltda. apresentou R\$1,14.

4.2.3.2 LC

Esse índice demonstra a capacidade para quitar as dívidas a curto prazo. Analisando-se a Empresa Estudo de Caso Ltda. em 2016, para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo, a empresa possuía R\$1,21 para quitá-las. Já em 2017, para cada R\$1,00 a empresa apresentava R\$1,18 para saldar suas obrigações. A empresa Concorrente Ltda., em 2016 possuía R\$1,39 para cada R\$1,00 de dívidas a curto prazo e, em 2017, R\$1,41.

Comparando-se os resultados do exercício de 2017, as empresas apresentaram índices favoráveis para realizar o pagamento das dívidas a curto prazo. Porém, a Empresa Concorrente Ltda. apresentou R\$1,41 de recursos disponíveis e a Empresa Estudo de Caso apresentou R\$1,18.

4.2.3.3 LS

O índice LS demonstra a capacidade de realizar os pagamentos a curto prazo, porém utilizando basicamente as contas de valores a receber e disponíveis. Ressalta-se que as empresas analisadas são companhias de seguros e as mesmas não possuem estoques. Nesse caso, os valores apresentados na LC permanecem inalterados para a LS.

Comparando-se os resultados do exercício de 2017, as empresas apresentaram índices favoráveis para realizar o pagamento das dívidas a curto prazo. Porém a Empresa Concorrente Ltda. apresentou R\$1,41 de recursos e a Empresa Estudo de Caso Ltda. R\$1,18.

4.2.3.4 LI

Através desse índice, observa-se a capacidade das empresas para liquidar imediatamente as dívidas a curto prazo. Observando-se os valores apresentados na Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016 para cada R\$1,00 de dívidas a curto prazo, a empresa apresentou R\$0,02 para quitá-las. Em 2017, a empresa não apresentou recursos para pagar suas dívidas imediatamente. Já em 2016 a Empresa Concorrente Ltda., apresentou R\$0,78 de recursos para cada R\$1,00 de dívidas a curto prazo e em 2017, possuía R\$0,73 de recursos para quitá-las imediatamente.

Analisando-se o exercício de 2017 e comparando os resultados apresentados, observa-se que a situação das empresas não pode ser considerada satisfatória. A Empresa Estudo de Caso Ltda. não apresentou recursos para quitar dívidas imediatamente, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. possuía apenas R\$0,73. Com esses resultados, as empresas não conseguiriam honrar seus pagamentos.

4.3 ANÁLISE ECONÔMICA

A seguir serão demonstradas a AV, AH, e os índices de rentabilidade da Empresa Estudo de Caso Ltda. e da Empresa Concorrente Ltda. com base nas informações da DRE.

4.3.1 AV e AH da DRE

4.3.1.1 AV da DRE

Nas Tabelas 10 e 11 são apresentadas a AV da DRE de 2016 e 2017 da Empresa Estudo de Caso Ltda. e da Empresa Concorrente Ltda., respectivamente.

Tabela 10 – AV da DRE da Empresa Estudo de Caso Ltda.

	2017 R\$	2017 %	2016 R\$	2016 %
Sinistros ocorridos	- 3.717.274,00	-61,01	-3.525.924,00	-54,74
Despesas administrativas	-622.658,00	-10,22	-611.138,00	-9,49
Receitas Financeiras	374.483,00	6,15	632.647,00	9,82
Resultado Operacional	-109.406,00	-1,80	140.628,00	2,18

Fonte: Produção da autora.

Tabela 11 – AV da DRE da Empresa Concorrente Ltda.

	2017 R\$	2017 %	2016 R\$	2016 %
Sinistros retidos (despesas com sinistros)	-8.619.444,00	-59,53	-8.863.893,00	-63,33
Despesas administrativas	- 3.077.978,00	-21,26	- 2.888.272,00	-20,64
Receitas Financeiras	1.849.219,00	12,77	2.021.983,00	14,45
Resultado Operacional	1.532.686,00	10,59	1.338.012,00	9,56

Fonte: Produção da autora.

As contas sinistros ocorridos ou sinistros retidos (despesas com sinistros) referem-se aos valores de indenizações pagas aos segurados. No exercício de 2016, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 54,74% e em 2017 esse percentual passou para 61,01%. Nota-se que em ambos os exercícios o desembolso com sinistros é de grande representatividade em relação à receita líquida. Analisando-se os percentuais da Empresa Concorrente Ltda. observa-se que em 2016 apresentou 63,33% de despesas com sinistros e, em 2017, o percentual de representatividade diminuiu para 59,53%.

Comparando-se os resultados do exercício de 2017, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 61,01% enquanto a Empresa Concorrente Ltda., 59,53%. Pode-se afirmar que ambas apresentaram percentuais de representatividade bem próximos, porém é válido ressaltar que a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou R\$6.092.416,00 de receita líquida, já a Empresa Concorrente Ltda. R\$14.479.336,00.

As despesas administrativas referem-se às despesas com luz, água, energia, conta telefônica, limpeza, entre outras. A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, apresentou 9,49% e, em 2017, aumentou para 10,22% em relação à receita líquida do exercício. Já a Empresa Concorrente Ltda., em 2016 apresentou 20,64% e no exercício de 2017 apresentou um pequeno aumento, passando para 21,26%.

Comparando-se os resultados no período de 2017, a empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou 10,22% de despesas administrativas, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. apresentou 21,26%.

A conta receitas financeiras engloba os valores recebidos referente às vendas de ações e juros recebidos sobre faturas pagas em atraso pelos segurados. A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, apresentou 9,82% de receitas financeiras sobre o seu total de receitas líquidas e, em 2017, esse percentual reduziu para 6,15%. A Empresa Concorrente Ltda. também apresentou redução nessa conta, passando de 14,45% em 2016 para 12,77% em 2017.

Analisando-se os valores de ambas as empresas no exercício de 2017, nota-se que a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou aproximadamente R\$375.000,00 de receitas financeiras, que corresponde a 6,15%. Já a Empresa Concorrente Ltda. apresentou o valor de R\$1.849.219,00, o qual representa 12,77% das vendas líquidas. Verificando as notas explicativas constatou-se que 40% desse valor refere-se a valores recebidos por liquidações de parcelas em atraso pelos segurados, 34%

representam as vendas de ativos disponíveis (ações), e o restante trata-se de outras receitas, não especificadas.

O resultado operacional é o lucro antes da dedução dos impostos. A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, apresentou 2,18% de resultado operacional positivo em relação ao faturamento líquido, já em 2017 apresentou prejuízo operacional de R\$109.406,00, o qual representa 1,80% sobre a receita líquida. A Empresa Concorrente Ltda., apresentou lucro operacional em ambos os exercícios, sendo 9,56% em 2016 e 10,59% em 2017, sendo esses percentuais de representatividade em relação à receita líquida.

Considerando-se os percentuais do exercício de 2017, a Empresa Concorrente Ltda. apresentou resultado favorável em relação à Empresa Estudo de Caso Ltda., visto que obteve 10,59% de resultado operacional positivo enquanto a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou prejuízo operacional de 1,80%.

4.3.1.2 AH da DRE

Nas Tabelas 12 e 13 são apresentadas a AH da DRE das Empresa Estudo de Caso Ltda. e Empresa Concorrente Ltda., comparando os exercícios 2016 e 2017.

Tabela 12 – AH da DRE da Empresa Estudo de Caso Ltda.

	2017 R\$	2016 R\$	2017- 2016 %
Sinistros ocorridos	-3.717.274,00	-3.525.924,00	5,43
Despesas administrativas	-622.658,00	-611.138,00	1,89
Receitas financeiras	374.483,00	632.647,00	-40,81
Resultado operacional	-109.406,00	140.628,00	-177,80

Fonte: Produção da autora.

Tabela 13 – AH da DRE da Empresa Concorrente Ltda.

	2017 R\$	2016 R\$	2017- 2016 %
Sinistros retidos (despesas com sinistros)	-8.619.444,00	-8.863.893,00	-2,76
Despesas administrativas	-3.077.978,00	-2.888.272,00	6,57
Receitas financeiras	1.849.219,00	2.021.983,00	-8,54
Resultado operacional	1.532.686,00	1.338.012,00	14,55

Fonte: Produção da autora.

Analisando a conta de sinistros ocorridos e sinistros retidos (despesas com sinistros) verificou-se que a Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2017, apresentou 5,43% de aumento em relação ao exercício de 2016. Já a Empresa Concorrente Ltda. obteve, no exercício de 2017, redução de 2,76% em relação ao desembolso com liquidações de sinistros em comparação a 2016. Esse percentual representa uma redução de aproximadamente R\$240.000,00.

Em relação às despesas administrativas apresentadas nas tabelas 12 e 13, nota-se que a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou em 2017 um aumento de 1,89% em relação a 2016. Esse percentual é pouco significativo, visto que, a empresa aumentou suas despesas em aproximadamente R\$11.000,00. A partir das notas explicativas, verificou-se que esse aumento se refere às despesas com pessoal (salários, encargos, vale refeição, entre outros) e despesas com publicidade e propaganda. A Empresa Concorrente Ltda. também apresentou acréscimo em 2017, sendo 6,57%, que se justifica, com base nas notas explicativas, pelo aumento dos valores desembolsados referente participação de lucros, despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Analisando o percentual obtido na AH da conta receita financeira da Empresa Estudo de Caso Ltda. observa-se uma redução significativa de aproximadamente R\$260.000,00, que representa um percentual de 40,81%. Esse percentual se justifica pelas reduções de liquidações de parcelas em atraso pelos segurados, dos rendimentos das aplicações financeiras e também pela redução de juros recebidos sobre os ativos disponíveis à venda (ações). A Empresa Concorrente Ltda. também sofreu redução no exercício de 2017, cuja variação em relação a 2016 foi de 8,54%, representado pelo resultado da redução dos juros recebidos sobre as vendas de ações e da redução apresentada na conta de outras receitas.

Verificando o resultado operacional, observa-se que a Empresa Estudo de Caso Ltda. não apresentou evolução do exercício de 2016 para 2017, a mesma sofreu redução de 177,80%. Esse elevado percentual se justifica em função de que em 2016, a empresa apresentou lucro operacional de R\$140.628,00 e, em 2017, apresentou prejuízo operacional de R\$109.406,00. Já a Empresa Concorrente Ltda., apresentou 14,55% de evolução em relação ao lucro operacional em 2017.

4.3.2 Índices de Rentabilidade

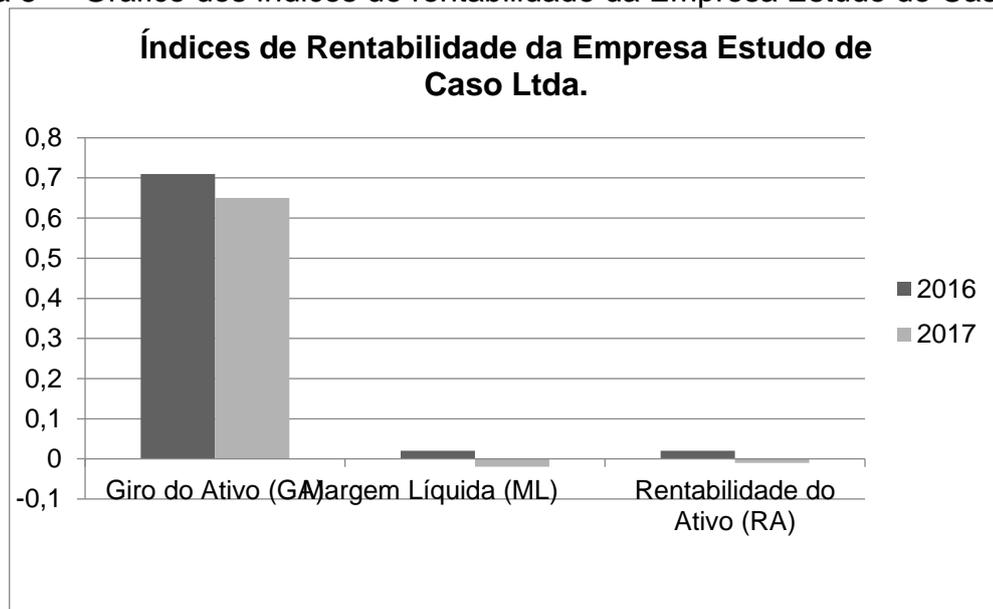
Através desse índice pode-se analisar o total de rendimentos das empresas. Na Tabela 14 e na Figura 5 a seguir, apresentam-se os índices de Rentabilidade da Empresa Estudo de Caso Ltda.

Tabela 14 – Índices de Rentabilidade da Empresa Estudo de Caso Ltda.

Índice	2016 R\$	2017 R\$
GA	0,71	0,65
ML	0,02	-0,02
RA	0,02	-0,01

Fonte: Produção da autora.

Figura 5 – Gráfico dos índices de rentabilidade da Empresa Estudo de Caso Ltda.



Fonte: Produção da autora.

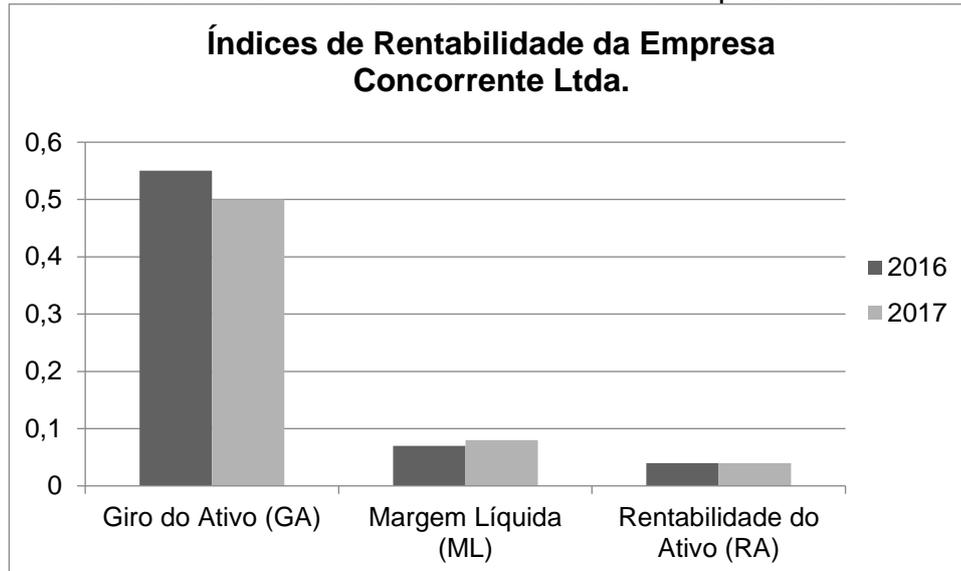
Na Tabela 15 e na Figura 3 a seguir, apresentam-se os índices de Rentabilidade da Empresa Concorrente Ltda.

Tabela 15 – Índices de Rentabilidade da Empresa Concorrente Ltda.

Índice	2016 R\$	2017 R\$
GA	0,55	0,50
ML	0,07	0,08
RA	0,04	0,04

Fonte: Produção da autora.

Figura 6 – Gráfico dos índices de rentabilidade da Empresa Concorrente Ltda.



Fonte: Produção da autora.

A seguir apresenta-se a análise dos índices de rentabilidade demonstrados nas Tabelas 14 e 15.

4.3.2.1 GA

Através desse índice é possível identificar o volume das vendas das empresas relacionado ao capital total investido. Analisando-se a Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016, a mesma vendeu R\$0,71 para cada R\$1,00 de investimento realizado e, em 2017, para cada R\$1,00 vendeu R\$0,65.

A Empresa Concorrente Ltda., em 2016, para cada R\$1,00 de capital investido, realizou R\$0,55 de vendas. Já em 2017, o volume de vendas apresentou uma redução, ou seja, a empresa vendeu R\$0,50 para cada R\$1,00 de investimento.

Analisando-se o exercício de 2017 de ambas as empresas, observa-se que ambas se encontram em situações desfavoráveis, pois nesse índice, quanto maior o

resultado melhor o desempenho da empresa. A Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou R\$0,65 de vendas e a Empresa Concorrente Ltda. R\$0,50.

4.3.2.2 ML

Através da ML pode-se identificar o LL e compará-lo com as vendas líquidas das empresas. A Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016 para cada R\$1,00 de vendas apresentou R\$0,02 de lucros e, em 2017 apresentou - R\$0,02 de prejuízo.

Analisando a Empresa Concorrente Ltda., em 2016 para cada R\$1,00 de vendas a empresa apresentou R\$0,07 de lucros, e em 2017 aumentou para R\$0,08.

Considerando-se os índices apresentados no exercício de 2017, a situação da Empresa Concorrente Ltda. está favorável em relação à Empresa Estudo de Caso Ltda. que não obteve lucros.

4.3.2.3 RA

Nesse índice, é possível observar o retorno das empresas referente ao capital investido. A empresa Estudo de Caso Ltda., apresentou em 2016 R\$0,02 para cada R\$1,00 de capital investido e, em 2017, obteve R\$-0,01 de retorno sobre os investimentos, ou seja, a empresa obteve prejuízo referente a esses investimentos.

Já a Empresa Concorrente Ltda., em 2016 e 2017 apresentou o mesmo retorno, ou seja, para cada R\$1,00 investido retornou R\$0,04.

Considerando-se os resultados obtidos, no exercício de 2017, ambas as empresas estão com situação desfavorável, porém a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou prejuízo em relação ao capital investido e a Empresa Concorrente Ltda. apresentou R\$0,04 de retorno.

4.4 ÍNDICES DE PRAZO MÉDIO

Nas Tabelas 16 e 17 apresentam-se os índices de prazo médio da Empresa Estudo de Caso Ltda. e Empresa Concorrente Ltda., respectivamente.

Tabela 16 – Índices de Prazo Médio da Empresa Estudo de Caso Ltda.

Índice	2016	2017
PMRE	-	-
PMRV	9 dias	8 dias
PMPC	-	-
CO	9 dias	8 dias
CC	9 dias	8 dias

Fonte: Produção da autora.

Tabela 17 – Índices de Prazo Médio da Empresa Concorrente Ltda.

Índice	2016	2017
PMRE	-	-
PMRV	71 dias	85 dias
PMPC	-	-
CO	71 dias	85 dias
CC	71 dias	85 dias

Fonte: Produção da autora.

A seguir apresenta-se a análise dos índices de prazos médios demonstrados nas Tabelas 16 e 17.

4.4.1 PMRE

Esse índice apresenta em dias quanto a empresa leva para liquidar todo o seu estoque. Nesse caso não serão apresentados os resultados, pois as empresas analisadas são empresas do ramo de seguros, ou seja, não possuem estoque.

4.4.2 PMRV

Através desse índice é possível identificar em quantos dias as empresas recebem os valores referentes às vendas efetuadas. Analisando-se a Empresa Estudo de Caso Ltda., em 2016 a empresa apresentou, em média, 9 dias para receber os valores relativos às suas vendas, já em 2017 apresentou aproximadamente 8 dias. A Empresa Concorrente Ltda., apresentou em 2016 o prazo de 71 dias para receber os valores e em 2017, aumentou para 85 dias.

Analisando-se o exercício de 2017 de ambas as empresas, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou situação favorável em relação à Empresa Concorrente

Ltda., pois a média de 85 dias para os clientes realizarem o pagamento pode prejudicar o fluxo de caixa da mesma.

4.4.3 PMPC

Através desse índice identifica-se quantos dias a empresa leva para quitar seus fornecedores, mercadorias, entre outros. Nesse caso, para levantar o índice é necessário apresentar o resultado das contas estoques, sendo assim, pelo fato das empresas analisadas serem do segmento de seguros, as mesmas não possuem estoque, impossibilitando o cálculo.

4.4.4 CO

Esse índice demonstra o tempo que a empresa necessita desde o processo inicial, aquisição dos materiais até o recebimento das vendas. Nesse caso, a fórmula é composta por $PMRE + PMRV$. Pelo fato das empresas analisadas não possuírem estoque, não há Prazo Médio de Renovação de Estoques, permanecendo inalterados os índices do PMRV.

Analisando-se o exercício de 2017 de ambas as empresas, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou como média 8 dias para o recebimento das vendas, ou seja, possui uma situação favorável em relação à Empresa Concorrente Ltda., pois a média de 85 dias para os clientes realizarem o pagamento pode prejudicar o fluxo de caixa da mesma.

4.4.5 CF

Esse índice apresenta o tempo que a empresa precisa entre o desembolso para pagamento dos fornecedores até o recebimento de suas vendas e é calculado pelo valor do Ciclo Operacional subtraído pelo PMPC. Pelo fato das empresas analisadas não apresentarem Médio de Pagamento de Compras, os índices do CO permanecem inalterados.

Analisando-se o exercício de 2017 de ambas as empresas, a Empresa Estudo de Caso Ltda. tem como média 8 dias para o recebimento das vendas, ou seja, possui uma situação mais favorável em relação à Empresa Concorrente Ltda., pois a média

de 85 dias para os clientes realizarem o pagamento pode prejudicar o fluxo de caixa da mesma.

4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE COMPARATIVA

Em relação aos resultados obtidos através da análise comparativa, observa-se:

– **Considerando os indicadores financeiros:** de modo geral, a situação de ambas as empresas está favorável. A conta crédito apresenta valores bem expressivos nos exercícios estudados em ambas as empresas, em relação ao ativo total, que engloba os valores a receber de segurados, títulos e créditos, entre outros, representando o percentual de 48,18 % na Empresa Estudo de Caso Ltda. e 36,13% na Empresa Concorrente Ltda., no exercício de 2017.

A Empresa Concorrente Ltda. e a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentaram grande representatividade no intangível nos dois exercícios estudados. Observa-se através das notas explicativas que a conta *software* é a mais significativa em relação às outras apresentadas, permitindo concluir que os investimentos foram feitos por ambas em novas tecnologias e também em plataformas, buscando melhor desempenho e *performance*.

Em relação à utilização de CT, em 2017, ambas as empresas apresentaram aumento na utilização de CT, o que pode ser justificado em virtude das aquisições de imobilizado.

– **Considerando os indicadores econômicos:** de modo geral, os resultados foram satisfatórios. Em relação à ML e à RA, a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou resultados desfavoráveis nesses índices no exercício de 2017, os quais se justificam em função do prejuízo líquido de R\$91.988,00.

Os demais indicadores econômicos analisados, não apresentaram variações relevantes nos exercícios analisados.

– **Considerando a análise comparativa entre as duas empresas:** diante dos resultados obtidos é possível inferir que as duas empresas podem ser consideradas solventes. As análises preveem a expansão das atividades econômicas de ambas as empresas ou como suas decisões estratégicas podem afetar os futuros

desempenhos financeiros. A análise de demonstrações financeiras é uma rica fonte de informações e, se bem estruturada e analisada, apresenta uma série de dados para a identificação dos indicadores de desempenho das empresas. Os resultados obtidos através do índice de rentabilidade definem que a Empresa Concorrente Ltda. apresentou em 2017 situação financeira mais confortável que a Empresa Estudo de Caso Ltda. A situação é satisfatória para ambas as empresas, porém no exercício de 2017, é válido ressaltar que a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou resultados negativos nos índices de ML e RA, enquanto a Empresa Concorrente Ltda. apresentou um pequeno aumento no índice de ML e manteve o mesmo resultado em ambos os exercícios na RA.

A partir da análise comparativa realizada entre a Empresa Estudo de Caso Ltda. e a Empresa Concorrente Ltda. com base no BP e na Demonstração de DRE, referente ao exercício de 2017, conclui-se que a Empresa Concorrente Ltda. apresentou resultado favorável em relação à Empresa Estudo de Caso Ltda. A Empresa Concorrente Ltda. obteve resultado líquido positivo de R\$1.098.238, o qual se justifica em função do aumento significativo das remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações efetuadas, receita de prestação de serviços como, por exemplo, a venda de consórcios e a locação de veículos, a receita com imóvel de renda e também em virtude da redução significativa das despesas com sinistros. Enquanto a Empresa Concorrente Ltda. apresentou LL no exercício de 2017 a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou prejuízo de R\$91.988,00. O prejuízo apresentado é reflexo do aumento das despesas com tributos, despesas operacionais e, principalmente, pelo aumento significativo das despesas com sinistros e pela expressiva redução do grupo das receitas financeiras, principalmente, na conta de juros de prêmios, a qual se refere aos juros recebidos sobre os valores pagos em atrasos pelos clientes.

4.6 PESQUISA DE CAMPO

Para complementar a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, realizou-se uma pesquisa na cidade de Bento Gonçalves-RS, com os 05 (cinco) maiores corretores de seguros atuantes nesta cidade, esses dados foram extraídos juntamente com o sistema interno da Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul (SINCOR – RS).

4.6.1 Descrição da amostra da pesquisa

Foi realizada a aplicação de um questionário para os cinco maiores corretores de seguro de Bento Gonçalves/RS, utilizando como característica o faturamento da corretora anual, a carteira de produtos e o tempo da corretora na cidade, com o objetivo de identificar os diferenciais competitivos que impactam nas suas decisões diariamente.

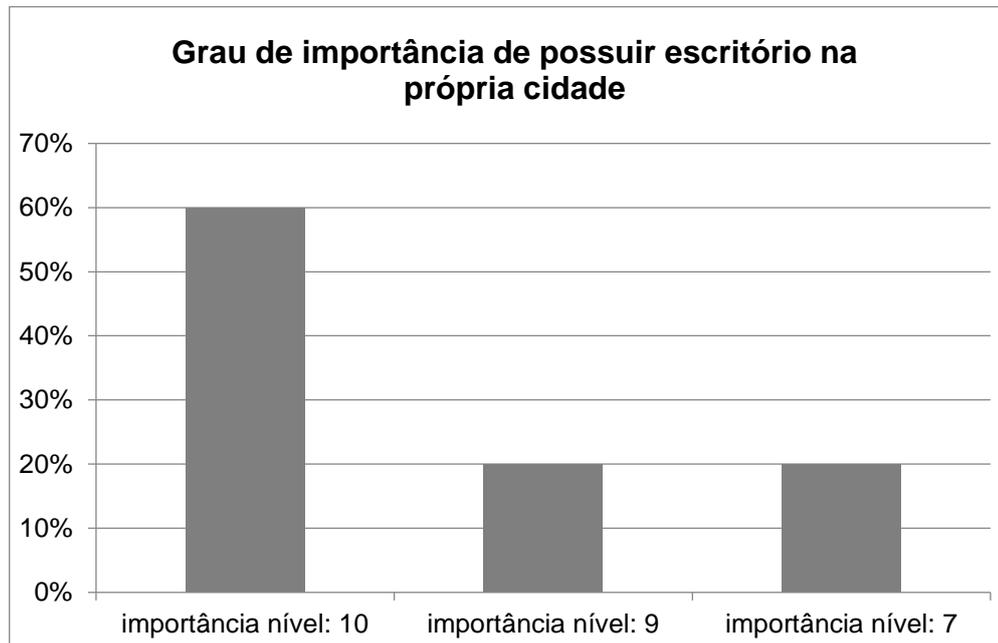
4.6.2 Instrumento de pesquisa

O instrumento de pesquisa foi estruturado com 07 (sete) questões, com o objetivo de identificar a percepção dos corretores de seguros em relação aos principais itens a serem analisados e que podem se tornar diferenciais competitivos, no momento da contratação de seguros por parte dos clientes. Foi utilizada a metodologia *PS–Net Promoter Score*, que é um índice baseado na crença de que uma única pergunta feita ao respondente pode determinar o seu grau de lealdade e, conseqüentemente, sua satisfação com o item escolhido, que é medida por uma escala de 1 a 10, sendo 1 pouco importante e 10 muito importante.

4.6.3 Análise dos resultados obtidos

Na Figura 7 estão apresentados os percentuais referentes a pergunta 1, que questionava a importância da companhia de seguro possuir escritório físico na cidade.

Figura 7 – Gráfico do grau de importância de possuir escritório na própria cidade

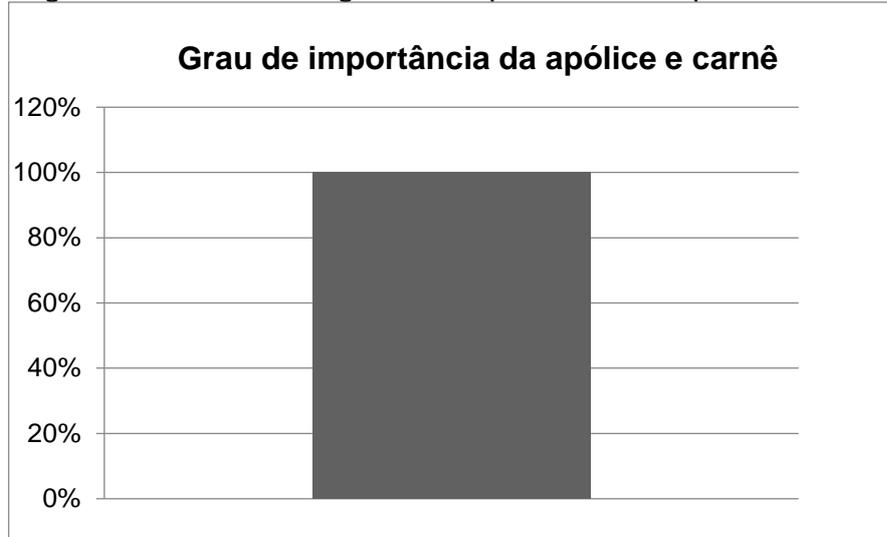


Fonte: Produção da autora.

Quando questionados sobre a importância de a companhia de seguros dispor de escritório físico na cidade, sendo 1 pouco importante e 10 muito importante, 60% mencionaram 10 sendo muito importante possuir escritório físico na cidade, 20 % destacaram 9 e os outros 20% responderam apenas 7.

Na Figura 8, apresentam-se os percentuais referentes à pergunta 2, que solicitava a importância que você atribui para a agilidade para envio da apólice e carnê ao segurado.

Figura 8 – Gráfico do grau de importância da apólice e carnê

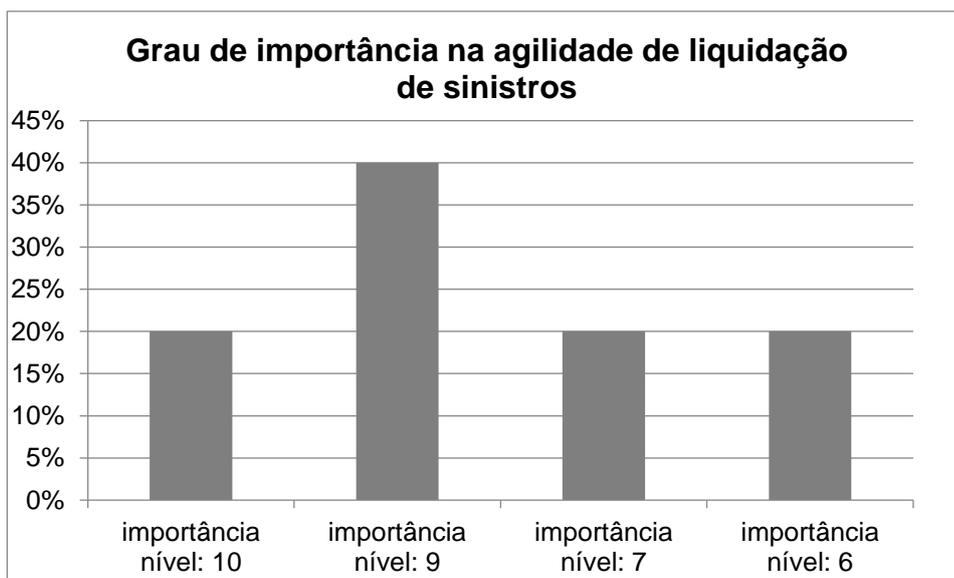


Fonte: Produção da autora.

Em relação ao grau de importância da agilidade do envio da apólice e carnê ao segurado, todos os entrevistados (100%) destacaram 10 nas respectivas respostas, considerando muito importante a agilidade no envio da apólice e carnê para o segurado.

Na Figura 9 apresentam-se os percentuais referentes a pergunta 3, que solicitava o grau de importância na agilidade de liquidação de sinistros.

Figura 9 – Gráfico do grau de importância da agilidade de liquidação de sinistros

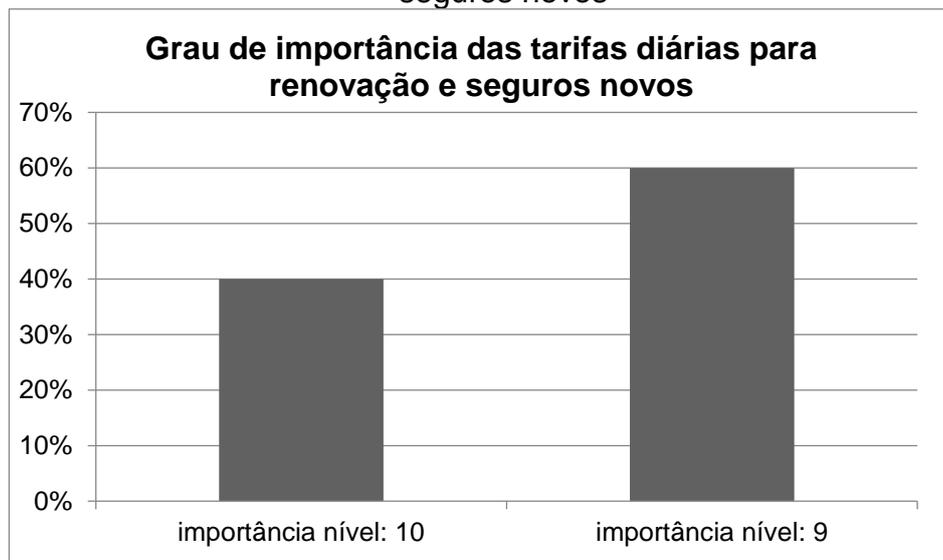


Fonte: Produção da autora.

Em se tratando da liquidação de sinistro, 20% dos corretores consideram 10, sendo muito importante. 40% dos corretores consideram o grau de importância sendo 9. 20% mencionaram 7 e os outros 20% responderam com 6.

Na Figura 10 estão apresentados os percentuais referentes a pergunta 4, que solicitava o grau de importância das tarifas diárias para renovação e seguros novos.

Figura 10 – Gráfico do grau de importância das tarifas diárias para renovação e seguros novos



Fonte: Produção da autora.

Sobre o grau de importância das tarifas diárias para renovação de seguros e seguros novos, 40% mencionaram 10, sendo muito importantes as tarifas diárias para renovação e seguros novos. Os outros 60% dos entrevistados, responderam 9.

Na Figura 11 estão apresentados os percentuais referentes a pergunta 5, que solicitava o grau de importância das companhias possuírem perito para realizar vistorias na própria cidade.

Figura 11 – Gráfico do grau de importância das companhias possuem perito para realizar vistorias na própria cidade

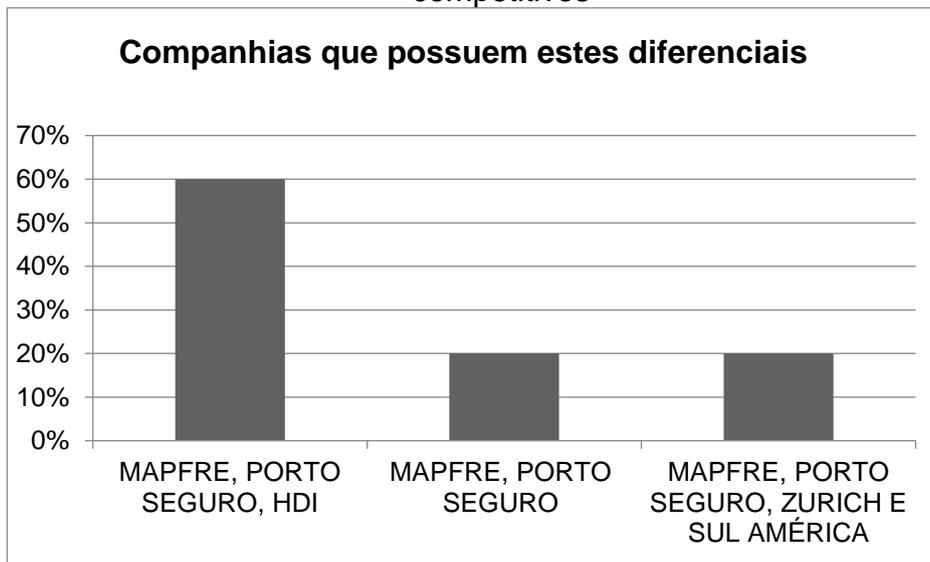


Fonte: Produção da autora.

Em se tratando da importância das companhias de seguros possuem peritos para realizar as vistorias na própria cidade, 60% dos entrevistados responderam 7, e outros 40% entrevistados mencionaram 6.

Na Figura 12 estão apresentados os percentuais referentes a pergunta 6, que solicitava quais companhias possuem diferenciais competitivos mencionados no questionário.

Figura 12 – Gráfico das companhias de seguros que possuem diferenciais competitivos

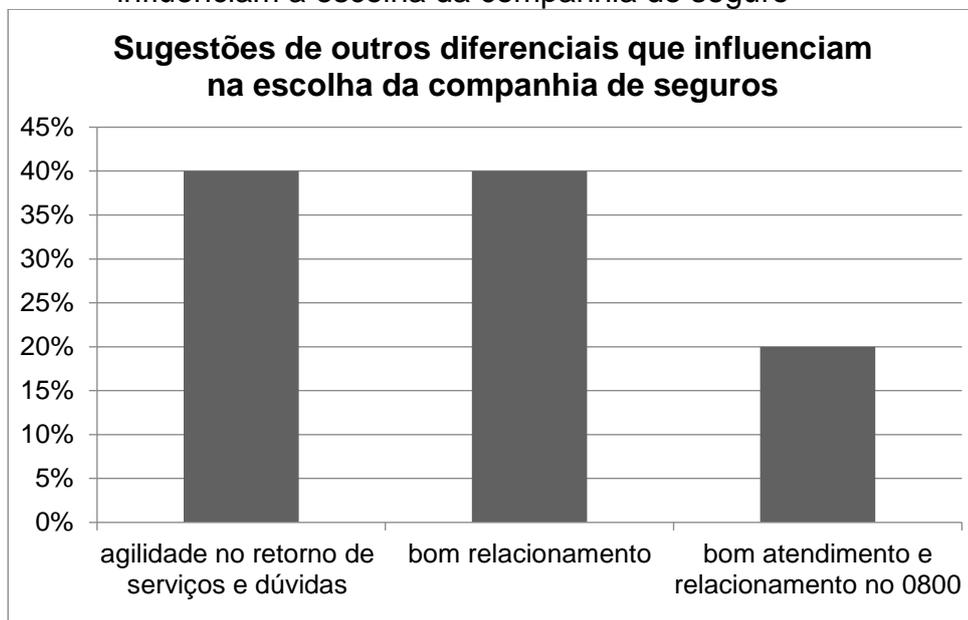


Fonte: Produção da autora.

Em relação às companhias de seguros que possuem os diferenciais competitivos mencionados, 60% dos corretores citaram à Mapfre Seguros, Porto Seguro e HDI, 20% citaram à Mapfre Seguros e Porto Seguro. Os outros 20%, mencionaram a Mapfre Seguros, Porto Seguro, Zurich e Sul América.

Na Figura 13 estão apresentados os percentuais referente a pergunta 7, que solicitava sugestões de outros diferenciais que influenciam na escolha da companhia de seguros.

Figura 13 – Gráfico de sugestões de outros diferenciais competitivos que influenciam a escolha da companhia de seguro



Fonte: Produção da autora.

Em relação a outros diferenciais, os entrevistados apontaram:

- 40% mencionaram agilidade no retorno de serviços e dúvidas no dia a dia;
- 40% mencionaram bom relacionamento com os comerciais, facilitando o fechamento de negócios;
- 20% citaram como diferencial o bom atendimento e relacionamento no 0800.

4.6.4 Considerações sobre a Pesquisa de Campo

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que os corretores entrevistados possuem opiniões e argumentos bem distintos em alguns quesitos. Por exemplo,

enquanto a maioria dos corretores julga de extrema importância a companhia possuir escritório físico na cidade de Bento Gonçalves, um deles não considera isso como um diferencial para os seus segurados.

Outro quesito que os corretores não consideram como diferencial é a companhia possuir perito próprio na cidade, todos os entrevistados responderam com o grau de importância médio, ou seja, não impacta nos processos decisórios do corretor.

Além disso, os corretores citaram como um excelente diferencial bom atendimento e retorno no dia a dia, facilitando o bom atendimento e retorno para o segurado.

Analisando-se os resultados obtidos e comparando os mesmos, podemos considerar como excelentes diferenciais competitivos: Agilidade no envio da apólice e carnê, tarifas diárias para renovação e seguros novos, possuir escritório físico na cidade (nesse caso, 60% dos corretores consideram). Outros diferenciais bem expressivos citados como influenciadores na tomada de decisão são: agilidade no retorno de serviços e dúvidas, bom relacionamento facilitando novos negócios.

Verificando os apontamentos dos corretores entrevistados, 60% responderam que as Companhias que abrangem esses diferenciais são: Mapfre, Porto Seguro e HDI.

5 CONCLUSÃO

Verificou-se, com a elaboração da pesquisa realizada, a importância da Contabilidade Gerencial e suas ferramentas. Dentre elas, destaca-se a análise das demonstrações contábeis, com o objetivo de diagnosticar a real situação econômico-financeira das empresas, que serve de apoio aos gestores na tomada de decisão.

Realizou-se uma análise comparativa das demonstrações contábeis, através da AH e AV, e índices econômico-financeiros. Após foi aplicado um questionário para os cinco maiores corretores de Bento Gonçalves – RS, com o intuito de identificar pontos relevantes que são considerados diferenciais no momento da tomada de decisão.

Em relação a definição da questão de pesquisa, o qual questionava de que forma a análise das demonstrações contábeis auxilia na identificação da performance econômica e financeira de duas empresas do segmento de seguros listadas na Bovespa identificando qual apresenta melhores resultados nos índices comparados, pode-se afirmar que, a partir do referencial bibliográfico e estudo de caso realizado a questão foi respondida, identificando-se que situação da Empresa Concorrente Ltda. é mais favorável, em virtude de ter apresentado lucro no período de 2017, tendo em vista que a Empresa Estudo de Caso Ltda. apresentou prejuízo nesse período.

Considerando as hipóteses desenvolvidas no estudo de caso, verificou-se que:

H₁: Verdadeira. A análise das demonstrações contábeis de duas empresas de seguros não permite identificar o modelo de gerenciamento das mesmas. Somente as informações obtidas através da análise das demonstrações não são suficientes para diagnosticar o modelo de gerenciamento de uma empresa, pois, além da análise, faz-se necessária a utilização de outras ferramentas gerenciais.

H₂. Verdadeira. Os gestores ao se utilizarem da análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisão evidenciam resultados mais eficazes. Com a elaboração do trabalho verificou-se que a análise tem como objetivo fornecer informações que auxiliem os gestores, identificando os pontos fortes e pontos a serem melhorados.

H₃. Verdadeira. Empresas do mesmo setor econômico podem ser utilizadas como base de comparação de suas *performances*: Empresas do mesmo segmento

podem ser comparadas com o objetivo de identificar diferenciais em relação à concorrência, e também identificar pontos a melhorar.

Quanto ao objetivo geral, que buscava identificar o desempenho econômico e financeiro de duas empresas do segmento de seguros através da análise das demonstrações contábeis, pode-se afirmar que o mesmo foi atingido. No estudo de caso foi realizada análise econômico-financeira de duas empresas do segmento de seguros, com base nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2016 e 2017. Posteriormente foi realizada uma análise comparativa a partir dos resultados apresentados em 2017, buscando evidenciar qual empresa apresentou melhor desempenho econômico-financeiro.

Em relação aos objetivos específicos, pode-se afirmar que os mesmos também foram alcançados, pois, a partir do referencial teórico, apresentou-se o conceito de seguros no Brasil e suas modalidades. Além disso, também se conceituou a contabilidade gerencial e destacou-se uma de suas ferramentas, a análise das demonstrações contábeis, bem como a apresentação dos índices econômico-financeiros e a importância da análise para as empresas.

No estudo de caso, realizou-se uma análise comparativa através de índices econômico-financeiros entre duas empresas do mesmo segmento, buscando identificar qual apresentou melhores resultados nos índices comparados. Em seguida, aplicou-se um questionário com o objetivo de identificar o grau de importância nos itens apresentados e como os mesmos impactam na escolha de uma Companhia no momento da contratação de um seguro.

É de extrema importância que os índices sejam analisados em conjunto, pois quando analisados individualmente não apresentarão informações suficientes para os gestores e, dessa forma, não irão auxiliar corretamente na tomada de decisão.

É válido ressaltar que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas de acordo com a legislação vigente e que as informações fornecidas sejam verídicas, para obter a real situação econômico-financeira das empresas.

Concluiu-se que nos dias atuais a contabilidade não é mais vista pelos gestores como uma obrigação, mas sim como importante ferramenta que fornece informações gerenciais que auxiliam na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BENTO, Dalvac. **Pedagogia empresarial: qualidade, aprendizagem e o capital intelectual das empresas**. São Paulo: *Cengage Learning*, 2016.

BEUREN, Ilse Maria. et. al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIDU CORRETORA DE SEGUROS E SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. **As maiores seguradoras do Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://www.bidu.com.br/seguradoras/as-maiores-seguradoras-do-brasil/>> Acesso em: 03 nov. 2018.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Código Civil, **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CARVALHO, Marly Monteiro; LAURINDO, Fernando José Barbin. **Estratégia Competitiva: dos conceitos à implementação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TG 26 (R5) de 22 de dez.2017. **Altera a NBC TG 26 (R4) que dispõe sobre a apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc)> Acesso em: 03 maio. 2019.

CONTÁBEIS. **A importância das notas explicativas nas demonstrações contábeis**. 14 abr.2011. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/498/a-importancia-das-notas-explicativas-nas-demonstracoes-contabeis/>> Acesso em: 17 abr. 2019.

COSTA, Cleoneide. **A importância das ações estratégicas de marketing e vendas para captação de novos clientes**. Administradores.com, set., 2014. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-das-acoes-estrategicas-de-marketing-e-vendas-para-captacao-de-novos-clientes>> Acesso em: 03.mai.2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FREZATTI, Fábio. **Gestão de fluxo de caixa diário: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio**. São Paulo: Atlas, 2013.

HOSKISSON, Robert et al. **Estratégia Competitiva: tradução da 2ª edição norte-americana**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learnig, 2009.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KUHN, Ivo Ney; LAMPERT, Amauri Luis. **Análise financeira. Coleção educação a distância. Série livrotexto**. Ijuí: Unijuí, 2012. 86 p. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2827/An%C3%A1lise%20Financeira.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 abr. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6d. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

LUZ, Érico Eleuterio da. **Análise e demonstração financeira**. São Paulo: *Pearson Education* do Brasil, 2014.

_____. **Controladoria Corporativa**. 2. ed. rev., atual. e ampl.-Curitiba: InterSaberes, 2014.

MAPFRE SEGUROS. **Mapfre Residencial**. Disponível em: <<https://www.mapfre.com.br/seguro-br/para-voce/imoveis/seguroimovel/residencial/>> Acesso em: 03 nov. 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: *Cengage Learning*, 2011.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS. **Porto Seguro Auto**, 2018. Disponível em: <<https://www.portoseguro.com.br/seguro-auto>> Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. **Seguro de vida**, 2018. Disponível em: <<https://www.portoseguro.com.br/seguro-de-vida>> Acesso em: 03 nov. 2018.

QUE CONCEITO. **Conceito de Seguro**. Disponível em: <<https://queconceito.com.br/seguro>> Acesso em: 03 nov. 2018.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da Pesquisa Científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

REICHHELD, Fred; MARKEY, Rob. **A pergunta definitiva 2.0: como as empresas que implementam o Net Promoter Score prosperam em um mundo voltado aos clientes**. São Paulo: Campus, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 9. ed., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SAGE GESTÃO CONTÁBIL. **O que é e qual a importância da auditoria contábil?** 25 de agos. 2016. Disponível em: <<https://blog.sage.com.br/o-que-e-e-qual-a-importancia-da-auditoria-contabil/>> Acesso em: 09 maio.2019.

SANTOS, Sueli. Livro das corretoras de seguros no Brasil ganha sua segunda edição: *Insurance Brokers*. 04 nov.2019. **Centro de Qualificação do Corretor de Seguros (CQCS)**. Disponível em: <<https://www.cqcs.com.br/noticia/livro-das-corretoras-de-seguros-no-brasil-ganha-sua-segunda-edicao/>> Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Raimundo Nonato Souza; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de custos: contabilidade, controle e análise**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SULAMERICA SEGUROS. **Seguros empresariais**, 2018. Disponível em: <<https://portal.sulamericaseguros.com.br/para-empresa/empresacondominio/empresarial/>> Acesso em: 03 nov. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. Disponível em: <www.susep.gov.br/> Acesso em: 03 nov. 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Seguro de Danos – Despesas de Salvamento e Despesas de Contenção: Regime Jurídico. **Gen Jurídico**, 19 nov.2014. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2014/11/19/seguro-de-danos-despesas-de-salvamento-e-despesas-de-contencao-regime-juridico/>> Acesso em: 05 nov. 2018.

4 – Qual o grau de importância que você atribuiu em relação às tarifas diárias para renovação de seguros e seguros novos: (Sendo 1 pouco importante e 10 muito importante)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>									

5 - Qual o grau de importância que você atribuiu em relação as companhias que possuem peritos para realizar as vistorias na própria cidade: (Sendo 1 pouco importante e 10 muito importante)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>									

6 - Considerando as perguntas acima, cite 2 Companhias de Seguros que abrangem esses diferenciais:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="checkbox"/>									

7 – Aponte outros diferenciais que não foram mencionados e que seria válido para na tomada de decisão.
